

CAFEICULTURA E ACUMULAÇÃO

José Flávio Motta
Nelson Nozoe (*)

Resumo

Estudam-se os primórdios da acumulação fundada na atividade cafeeira em São Paulo, mediante o acompanhamento exaustivo, nas diversas listas nominativas de Bananal preservadas para o período de 1799 a 1829, dos domicílios dos moradores da localidade que eram produtores de café em 1829. O processo acumulativo foi avaliado com base no evoluir do montante da escravaria possuída. Os domicílios em questão foram rastreados até o primeiro ano em que passaram a constar dos recenseamentos ou até 1799. Verificou-se a existência de ritmos diferenciados de acumulação. Num primeiro momento, anterior à difusão da rubiácea, tal diferenciação punha-se entre partícipes e não-partícipes do mercado. Em seguida, essa distinção reafirmou-se, sob novas formas, entre cafeicultores e não-cafeicultores. Por fim, a acumulação mostrou-se divergente segundo o porte econômico dos cafeicultores.

Palavras-chave

acumulação, cafeeicultura, demografia histórica, economia cafeeira, escravismo, economia da escravidão, história demográfica e econômica

Abstract

This paper analyses the beginnings of capital accumulation based on coffee cultivation in São Paulo, through an exhaustive study of the households of the inhabitants of Bananal that were producing coffee in 1829. The research covers the existent manuscript censuses for Bananal between 1799 and 1829. The process of accumulation was assessed according to the variations in slaveholding sizes. The households selected were traced back from 1829 to 1799 or to the year they first appear in the registers. The study points to the existence of different rhythms of accumulation. At first, before coffee cultivation was disseminated, the difference was set by participation in the market. Later on, the difference appears in a new pattern, between coffee planters and non-planters. Finally, the accumulation showed different rhythms according to the planters' wealth, measured mainly by the size of slaveholding.

Key words

accumulation, coffee planting, historical demography, coffee economy, slavery, economics of slavery, demographic and economic history

Os autores são Professores da FEA/USP.

(*) Os autores agradecem o apoio financeiro da FIPE-Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, prestado por meio do "Programa de Apoio às Atividades de Pesquisa Acadêmica no Âmbito do Departamento de Economia".

"Não se pode colher café senão com os negros. É pois comprando negros que gastam todas as rendas"

SAINT-HILAIRE (1974, p. 103)

Introdução

É sabido que o capital gerado na atividade cafeeira exerceu papel ímpar na gênese do processo de industrialização brasileira. A vinculação que se estabelece entre cafeeicultura e indústria tem sido analisada, de fato, no decurso das últimas décadas, por inúmeros autores e a partir de amplo espectro de perspectivas. De outra parte, o enfoque centrado no exame das origens da cafeeicultura, em especial sua introdução no território da capitania/província de São Paulo, ocorrida entre fins do século dezoito e os primeiros lustros dos Oitocentos, tem sido uma característica distintiva de um conjunto de trabalhos mais recentes. Esses estudos têm, em linhas gerais e mantidas as peculiaridades que os distinguem, abordado o impacto da difusão inicial da cultura da rubiácea sob duas vertentes principais, que evoluem em meio a um condicionamento recíproco: a econômica e a demográfica.

Este artigo insere-se em tal conjunto de trabalhos. Seu objetivo é o estudo dos primórdios da acumulação fundada na atividade cafeeira em São Paulo, mediante o acompanhamento, no decurso do período 1799-1829, dos habitantes da localidade valeparaibana de Bananal e que eram produtores da rubiácea no último dos anos do intervalo aludido. O processo acumulativo vivenciado por esses indivíduos será avaliado mediante o evoluir do montante da escravaria por eles possuída. A análise é feita com base, principalmente, nas listas nominativas concernentes à localidade bananalense e preservadas, para vários dos anos do período contemplado, no Arquivo do Estado de São Paulo.

Bananal, cuja fundação monta a 1783, situa-se na região pela qual, consoante diversos autores, introduziu-se a cafeeicultura no território de São Paulo. Compunha uma das Companhias de Ordenanças da vila de Lorena de 1799 a 1816, passando então a integrar a vila de Areias. Em meados do século passado, a cidade de Bananal iniciava a etapa áurea de sua economia, atingindo, nos anos 1860, posição privilegiada como centro produtor de café

da província. Por mais de um exercício naquela década, a renda do município suplantou a de todos os demais de São Paulo, inclusive a da Capital. Toda a pujança que marcou a localidade construiu-se a partir do uso da mão-de-obra escrava, tornando a propriedade de seres humanos marca distintiva da riqueza, meta e, concomitantemente, instrumento imprescindível da acumulação.

Centrada, pois, no estudo de Bananal, este estudo privilegia procedimentos de coleta e tratamento dos dados que a distinguem daquele conjunto de trabalhos no qual se insere. Tal distinção patenteia-se quando se analisam as principais contribuições advindas de alguns desses estudos. Assim, Rangel (1990) volta-se, fundamentalmente, à questão da repartição da riqueza terra e escravos - durante o processo de transformação da economia de Taubaté que, entre fins dos Setecentos e a primeira metade do século dezenove, após se denotar pelo cultivo e comercialização de gêneros de subsistência, passou a sobressair-se pela monocultura de café destinado à exportação. Em sua análise, o autor faz uso basicamente dos dados extraídos das listas nominativas de habitantes disponíveis para aquela localidade entre 1765 e 1835. Tal esforço de investigação permitiu-lhe concluir que, "*a despeito de se constituir numa economia voltada, essencialmente, para o atendimento do mercado interno, exibia padrões de repartição da riqueza que a aproximava das áreas fortemente integradas no sentido da colonização moderna*" (RANGEL, 1990, p. 301).

No tocante especificamente à cafeicultura, Rangel observa que, durante aqueles anos, o café, cultivado inicialmente em pequenas unidades, passou a ter sua produção realizada sob a forma de *plantation*, caracterizada pela monocultura, uso de trabalho escravo e concentração da propriedade fundiária. Uma parte diminuta das conclusões referentes a este gênero de exportação tem por base um procedimento que, em certa medida, aproxima-se daquele preconizado neste artigo: a identificação de cafeicultores que, presentes na lista nominativa de 1835, haviam figurado nas de 1817 e 1825. Mediante o emprego de processo computacional, o autor pôde verificar que, dos 422 cafeicultores existentes em 1835, 166 faziam-se presentes em 1817 e/ou 1825. Tal procedimento, ainda que encetado de maneira precária,⁽¹⁾ permitiu o reconhecimento da atividade econômica na qual se

(1) Por exemplo, por acreditar ser mais "eficiente", como critério de identificação, o autor adotou a exigência que consiste na coincidência, entre os anos selecionados, do nome e de pelo menos um dos sobrenomes do cafeicultor e, quando pertinente, da respectiva esposa. Tal critério mostra-se insuficiente à vista das características das fontes documentais utilizadas.

achavam envolvidos os produtores que posteriormente passaram a "*se dedicar, primordialmente, à cafeicultura*" (RANGEL, 1990, p. 272). Os resultados obtidos foram os seguintes: 1) expressiva proporção de indivíduos (42,6%) que, tendo se dedicado à produção de autoconsumo e, portanto, sem nada vender, passaram a produzir para o mercado; 2) cafeicultores anteriormente envolvidos com a agropecuária comercial: criação de porcos (14,1%), plantio de fumo (10,6%), fabrico de açúcar e cultura de alimentos; 3) produtores de café oriundos de segmentos não-agrícolas: comércio (7,8%), artesãos (3,5%), jornaleiros, clérigos etc.

O procedimento acima aludido não é seguido por Fernández (1992), cuja atenção se radica no litoral norte paulista (Ubatuba, São Sebastião e Vila Bela). Também nesse trabalho a base documental é formada pelas listas nominativas de habitantes, tendo sido compulsadas as atinentes a vários anos do período de 1778 a 1836. O desenvolvimento da lavoura cafeeira na região deu-se com antecedência em Ubatuba, localidade que, ao findar-se o século dezoito, dedicava-se basicamente à produção de mantimentos. Em São Sebastião (de onde se desmembrou Vila Bela em 1806), a disseminação do cultivo da rubiácea ocorreu posteriormente ao verificado em Ubatuba em virtude do direcionamento de recursos produtivos à lavoura canavieira; em 1798, procedia-se ao plantio de cana-de-açúcar em quase metade dos domicílios de São Sebastião.

Foi em torno de 1820, sob o estímulo de uma conjuntura favorável de preços do produto, que se notou importante aumento nas quantidades de café produzidas. Em 1836, em cada uma das três localidades estudadas por Fernández, o café era já colhido por mais de cinco sextos dos agricultores. Tal expansão cafeeira refletiu-se em um processo de diversificação das atividades econômicas, o qual se manifestou no incremento do número de domicílios voltados ao comércio e ao artesanato, especialmente em Ubatuba.

Não obstante as diferenças evidenciadas entre Ubatuba e São Sebastião/Vila Bela, e muito embora não efetue qualquer acompanhamento dos cafeicultores, individualmente, ao longo do tempo, Fernández avança uma hipótese acerca da forma pela qual se processou a difusão da cafeicultura no litoral norte paulista. Sugere o autor que "*inicialmente o café teria sido uma atividade à qual alguns (poucos) agricultores, em geral relativamente abastados, voltavam-se de forma complementar (...)* O retrocesso da atividade canavieira na

região deve ter se traduzido, especialmente, como uma redução da demanda, por parte dos engenhos, da cana produzida por terceiros. A opção que se apresentava para estes lavradores era a de continuar com a produção de alimentos, comercial ou não, e das outras lavouras comerciais. Entre elas, o café deveria aparecer, para alguns, como uma alternativa promissora. (...) Parece razoável postular que, em consequência, o sucesso desta cultura (...) permitiu um duplo movimento: por um lado, enriqueceu quem a ela se dedicava; por outro, motivou a entrada daqueles que ainda não tinham se sentido atraídos por ela" (FERNÁNDEZ, 1992, p. 219-220).

Em Motta (1990, 1991a e 1991b) é também fornecida uma interpretação acerca das características assumidas pela penetração da cafeicultura em São Paulo, agora no que respeita à localidade de Bananal, igualmente selecionada para estudo neste artigo. Uma vez mais com fundamento nas listas nominativas de habitantes, em especial as de 1801, 1817 e 1829, o autor acompanha o desenvolvimento inicial da lavoura cafeeira bananense, que ocorre de maneira concomitante a - e em boa medida é fator condicionante de - certa evolução no sentido rural-urbano então vivenciada pela localidade. Sua interpretação, analogamente à de Fernández, é elaborada sem que se efetue o acompanhamento específico, ao longo do período contemplado pela análise, dos indivíduos que se voltaram à produção de café.

Introduzido por uns poucos dentre os pequenos agricultores não-escravistas, o cultivo da rubiácea rapidamente difundiu-se entre eles, bem como entre os proprietários de cativos, independentemente do tamanho dos plantéis.⁽²⁾ Mais ainda, consoante sugere Motta, é possível que o café, entre 1801 e 1817, enquanto desdobramento de uma agricultura puramente de subsistência, tenha contribuído para a conformação de um ambiente propício à proliferação, em Bananal, dos indivíduos possuidores de poucos recursos, ao menos enquanto tais recursos são entendidos em termos da propriedade escrava. De fato, o autor verifica que, entre 1801 e 1817, tornou-se mais elevada a importância relativa dos domicílios nos quais não se contava com a mão-de-obra servil; de outra parte, no conjunto formado pelos plantéis de escravos, cresceu a participação relativa daqueles caracterizados pelo menor porte.

(2) Entende-se por plantel o grupo de escravos pertencentes a um mesmo proprietário.

Comportamento inverso é observado entre 1817 e 1829. Neste último ano, foi menor o peso relativo dos domicílios sem cativos presentes e diminuiu também, considerando-se o conjunto dos plantéis de escravos, a importância relativa daqueles compostos por menos de cinco cativos. Entre os anos mencionados, Motta detecta, pois, a ocorrência de um certo movimento de concentração da posse da escravaria em Bananal. A atividade cafeeira dá mostras de evoluir decididamente no sentido de uma agricultura de *plantation*; o café como que conquista a primazia entre as atividades empreendidas pelos plantéis de maior tamanho.

Tais resultados para o interregno 1817/1829 são corroborados quando a gênese da cafeicultura é discutida com ênfase na produção relativa dos indivíduos não-proprietários de escravos (MOTTA, 1991b). O autor verifica ser exatamente o segmento populacional dos não-escravistas que não se dedicavam à cafeicultura aquele que vivenciou uma diminuição de sua importância relativa e de sua magnitude absoluta no total da população bananalense. Ainda que, entre os dois anos aludidos, a produção cafeeira realizada pelos não-escravistas tenha continuado a ampliar-se (variação positiva da ordem de 157%), tal produção perdeu drasticamente relevância relativa (de 14,6% da produção cafeeira total da localidade em 1817 para 3,2% em 1829).

Não obstante os notáveis avanços que os estudos acima referidos possibilitaram no sentido de desvendar as características da fase inicial do desenvolvimento da cafeicultura paulista,⁽³⁾ é evidente que muitas das questões por eles suscitadas não puderam ser respondidas no âmbito da metodologia que adotaram. Isto porque o acompanhamento temporal da produção cafeeira não foi, em nenhum desses trabalhos - a não ser a tentativa demasiadamente limitada constante de Rangel (1990), acima descrita -, levado a cabo *pari passu* com o acompanhamento no tempo, ano a ano, dos domicílios, um a um, nos quais se deu aquela produção.

É exatamente esse acompanhamento exaustivo dos cafeicultores, nas listas nominativas dos habitantes de Bananal, o procedimento contemplado

(3) A explicação mais usual acerca da gestação da cafeicultura no Brasil deve-se a FURTADO (1972), que a vincula, não obstante a queda dos preços internacionais do café nos anos iniciais do século dezenove, à falta de uso alternativo dos recursos produtivos que o declínio da mineração tornou ociosos. Uma verificação mais apurada desta hipótese acha-se em MARCONDES (1992), que faz uso dos dados constantes das listas nominativas de Lorena.

por este estudo. Tal será feito privilegiando-se uma amostra desses indivíduos, composta pelos 217 cafeicultores presentes em Bananal em 1829. Todos foram rastreados até o primeiro ano em que passaram a constar dos recenseamentos ou até 1799. Anteriormente a 1814, não se anotou a produção cafeeira, à exceção de poucas arrobas nos anos iniciais do período em estudo (9 arrobas em 1799 e 40 em 1802). Adicionalmente, de 1805 a 1813, a documentação deixou de apresentar quaisquer registros atinentes à produção. Delineiam-se, assim, dois intervalos temporais (1799-1804 e 1805-1813) cuja consideração permite conformar o quadro sobre o qual se deu a gênese do desenvolvimento da cafeicultura. Os anos subseqüentes (1814-1829) assistiram ao delineamento dos traços essenciais daquela atividade conducentes à etapa de auge atingida posteriormente.

Os indivíduos da amostra, e respectivos domicílios, foram tomados do modo como se caracterizavam no período imediatamente anterior à sua vinculação com o cultivo da rubiácea. Verificou-se a atividade econômica a que se dedicavam, a produção (quantidade, preço e destino), a riqueza - escravaria - possuída e origem. A partir desse quadro, aquilatou-se o impacto da cafeicultura mediante o acompanhamento minucioso das eventuais mudanças apresentadas por aquelas características ao longo dos anos analisados.

Acrescem-se a este artigo, compondo seu Apêndice Estatístico, as tabelas AE-1 e AE-2, nas quais são fornecidas as tabulações (distribuição de escravistas e de cativos segundo faixas de tamanho dos plantéis) e indicadores (média, moda, mediana, índice de Gini, desvio padrão) tradicionalmente constantes dos estudos voltados à análise da estrutura da posse de cativos. Ainda que este estudo extrapole o âmbito de tais procedimentos analíticos, a inclusão das tabelas em tela mostra-se oportuna ao tornar possível, ao leitor interessado, enfoques comparativos que incorporem a evolução da estrutura da posse de escravos na localidade bananalense.

I - Os Anos Pré-Cafeeiros, 1799-1804

I.1 - Os Frutos da Terra

Dos 217 chefes de domicílios em que se produzia café em 1829, 25 deles foram rastreados e identificados em 1799, 22 em 1801, 29 em 1802 e

1803 e 33 em 1804. Ao longo desses anos, embora haja registros esparsos de uma modesta produção cafeeira em Bananal, nenhum dos integrantes da amostra teve arrolada, entre os bens por eles produzidos, uma arroba que fosse da rubiácea.⁽⁴⁾ Na grande maioria dos domicílios analisados dedicava-se fundamentalmente ao plantio de mantimentos, como de resto na maior parte dos fogos da localidade como um todo.⁽⁵⁾

A produção de 1799 a 1804, para os domicílios da amostra, é fornecida na Tabela 1. Ressalte-se, antes do mais, que tanto o elenco de produtos como suas respectivas quantidades devem ser tomados com a devida cautela. Assim, é de se notar a ausência de gêneros como, por exemplo, galinhas e fumo, mencionados em Casal (1976, p. 112-113) e Spix e Martius (1938, v. 1, p. 184 e 187-188), que passaram pela região em inícios do século XIX. Outrossim, o desaparecimento completo dos animais - sejam eles bois, cavalos ou bestas - em 1801 e 1802 parece dever-se meramente ao não-cômputo desses itens pelo recenseador.⁽⁶⁾

À luz das considerações acima, a observação da Tabela 1 evidencia, quanto aos mantimentos (milho, feijão, arroz e farinha de mandioca), o seu cultivo em todos os anos considerados. Mais ainda, as quantidades dessa produção acompanham, grosso modo, o evoluir do número de domicílios que compõem a amostra, vale dizer, vivenciam uma queda de 1799 a 1801 e apresentam um comportamento ascendente entre 1801 e 1804.⁽⁷⁾ Tais informes sugerem que a garantia da subsistência dos indivíduos e animais pre-

(4) Dos 5 anos abrangidos nesta seção não constavam da documentação compulsada informes acerca da produção apenas para o ano de 1803. Quanto à modesta produção cafeeira, de 9 arrobas em 1799 e 40 em 1802, ver EVANGELISTA (1978, p. 40) e MOTTA (1990, p. 36).

(5) Acerca do predomínio das lavouras de gêneros de subsistência em Bananal, ver CASAL (1976, p. 112-113) e MOTTA (1990, p. 32-33).

(6) Se tal discrepância denota eventual descuido na confecção das listas nominativas, cumpre notar que as mesmas acusam o cultivo de gêneros que, por sua vez, escaparam às vistas dos viajantes. Por exemplo, são os citados Spix e Martius que, tendo passado por Bananal em 1817, não fizeram quaisquer referências ao café. Ora, nesse ano, "(...) pouco menos de 40% da população habitava fogos onde se dedicavam à cultura cafeeira." (MOTTA, 1990, p. 36) De fato, essa omissão da dupla de naturalistas causara já espécie a Taunay (TAUNAY, 1939, v. 5, p. 335). De outra parte, a presença de animais, como vacas, porcos, carneiros, galinhas, vê-se registrada em vários inventários de moradores de Bananal compulsados em COELHO (1984, p. 73-86).

(7) Ressalte-se, uma vez mais, a possibilidade sempre presente de que tais oscilações sejam devidas, ao menos em certa medida, às eventuais idiosincrasias dos elementos envolvidos na confecção dos arrolamentos aqui utilizados. Para uma análise da qualidade das informações contidas nas listas nominativas, bem como das possíveis distorções introduzidas pelo recenseador, ver NOZOE & COSTA (1991).

sentos nos diversos fogos constituía a preocupação dominante na definição dos gêneros cultivados. De fato, por exemplo em 1804, esses mantimentos faziam-se presentes em cerca de quatro quintos dos domicílios contemplados.

TABELA 1
CAFEICULTORES DE 1829
Produção em 1799-1804

Produto	Unidade de Medida	Anos			
		1799	1801	1802	1804
Milho	alqueires	2640	661	1063	1903
Feijão	alqueires	298	191	302	516
Arroz	alqueires	139	97	209	332
Farinha	alqueires	79	184	594	987
Açúcar	arobas	70	190	40	650
Aguardente	canadas		200		810 ^a
Algodão	arobas	2			
Anil	arobas	3		20	2
Toucinho	arobas	260	106	178	361
Bois	unidades	123 ^b			91 ^c
Cavalos	unidades	47			
Bestas	unidades	15			

Notas: a Da lista nominativa consta o informe 540 medidas; para a conversão em canadas, ver COSTA (1991).

b Deste número, 28 cabeças aparecem anotadas como "vendeu"; os demais 97 bois, bem como o total de cavalos e bestas, aparecem anotados como "possui".

c Além dessas 91 cabeças, consta do documento, no domicílio de Joaquim Ferreira Pena, 14 outras acompanhadas da observação: "marcou".

O milho, dentre os quatro produtos inicialmente elencados na Tabela 1, foi sempre o produzido em maiores quantidades. Decerto, sua utilização, inclusive como ração animal, responde por essa distinção. Embora a documentação compulsada não faça menção à criação de porcos, tal assertiva vê-se corroborada pela significativa produção de toucinho, também encontrada em todos os anos em tela, e cujas quantidades oscilam de maneira similar à verificada para o conjunto dos mantimentos.

A presença de bois, cavalos e bestas nos registros, embora de modo não sistemático, aliada às características da produção para subsistência, sugere que os pastos e as roças, entremeados às matas nativas, constituíam os

elementos a tipificar a paisagem bananalense. Em meio a esse quadro no qual se sucediam em desalinho os pequenos plantios e os capinzais, destoavam as poucas unidades produtivas voltadas ao fabrico de açúcar e aguardente. Tais unidades, ainda que marcadas por aquele fabrico, não deixavam de abrigar em seu interior, agora como atividades subsidiárias, as plantações de mantimentos e a criação de animais. Nesses casos, a produção para autoconsumo tornava-se acessória com relação àquela destinada precipuamente à comercialização.

Algodão e anil completam o rol de produtos dos domicílios da amostra. O primeiro, encontrado tão-somente em 1799 e em quantidades ínfimas, sequer era vendido "na terra". Já o anil, presente em três anos do período considerado, ainda que em magnitudes igualmente modestas, era integralmente vendido "para o Rio"

I.2 - O Consumo e as Trocas

Os informes constantes da Tabela 2 propiciam uma melhor visualização do destino dado ao conjunto dos produtos acima examinados. Nesta tabela fornecem-se, para cada ano e produto, sempre com referência aos domicílios da amostra, a porcentagem de fogos que comercializavam sua produção e a participação relativa das quantidades vendidas. Ressalte-se que, para vários gêneros em 1801, 1802 e 1804, a documentação compulsada não discriminava com exatidão os montantes comercializados, trazendo apenas a observação "vendeu parte"; em tais casos, os percentuais pertinentes devem, pois, ser entendidos como indicadores da máxima participação possível daqueles montantes. Por fim, os dados da tabela em questão englobam as vendas "na terra" e as exportações "para o Rio" e "para a Ilha Grande"

TABELA 2
CAFEICULTORES DE 1829
Produção Vendida e Respectiveos Produtores
1799 a 1804 (%)

Produto	Anos							
	1799		1801		1802 ^a		1804	
	Dom	Pro	Dom	Pro	Dom	Pro	Dom	Pro
Milho	4	2	6	8 ^b	9	19 ^b	7	32 ^b
Feijão	4	1	6	10 ^b	14	32 ^b	7	12 ^b
Arroz	0	0	10	21 ^b	12	24	8	4
Farinha	0	0	8	16 ^b	14	20 ^b	8	15 ^b
Açúcar	100	100	100	100	100	100	100	100 ^c
Aguardente			100	100			100	100 ^c
Algodão	0	0						
Anil	100	100			100	100	100	100
Toucinho	80	96	100	100	100	100	100	100
Bois	8	23					100	100
Cavalos	0	0						
Bestas	0	0						-

Notas: a Para este ano vários registros deixaram de informar acerca do destino da produção.

^b Este percentual deve ser entendido como a máxima participação possível da parcela comercializada, pois neste caso do documento constava, para pelo menos um dos indivíduos computados, a informação "vendeu parte na terra"

^c Toda a produção deste ano, de um único senhor de engenho, "está em ser"

Obs.: Dom = Domicílios ; Pro = Produção.

Distinguem-se claramente, de pronto, dois segmentos na produção. Em um deles a totalidade desta - ou quase isso - destinava-se à comercialização; no outro, os montantes transacionados não alcançavam um terço do total, mesmo levando-se em conta tratarem-se, como dito acima, de indicadores da máxima participação possível.

Este segundo grupo de produtos corresponde aos mantimentos. Observa-se que não apenas as quantidades vendidas de tais gêneros perfaziam parcela minoritária da produção, mas, adicionalmente, eram também poucos dentre os domicílios aqueles que os comercializavam. O peso relativo de tais fogos não ultrapassava, em nenhum caso, um sétimo do total de domicílios da amostra.

De outra parte, essa discrepância entre os percentuais atinentes a fogos (máximo de 14%) e quantidades produzidas (inferiores a 33%) eviden-

cia serem os domicílios nos quais o cultivo daqueles gêneros se fazia em escala proporcionalmente maior justamente os que participavam de forma mais ativa de seu comércio. Este fato, aliado à própria oscilação verificada entre anos nos porcentuais aludidos, indica que a comercialização constituía-se em prática eventual, condicionada à ocorrência de safras abundantes, conducentes à geração de excedentes imprevistos. Tal indicação vê-se corroborada ao se levar em conta que a totalidade de suas transações dava-se nos limites da própria localidade. Assim, milho, feijão, arroz e farinha de mandioca, todos estavam ausentes do elenco de bens exportados por Bananal.

Em situação diametralmente oposta colocavam-se o açúcar, a aguardente e o anil: todos os domicílios que os produziam achavam-se envolvidos com sua comercialização; mais ainda, constava como vendida toda a produção anotada, exceto em 1804, quando o açúcar encontrava-se "em ser". Por outro lado, essas vendas não se restringiam à localidade, parte significativa delas seguindo com destino à cidade do Rio de Janeiro. Dentre os domicílios em análise, o do alferes de ordenanças de Lorena, Luiz Gonçalves Lima, era o único onde se fabricava açúcar e aguardente ao longo dos quatro anos da Tabela 2. Concentração similar caracterizava o cultivo do anil, realizado, nos três anos em que aparece (1799, 1802 e 1804), no fogo onde Ignácia Maria do Espírito Santo vivia junto a seu cônjuge, João Ribeiro Barbosa, de quem se tornou viúva em 1822.

O toucinho apresentava características peculiares *vis-à-vis* os dois segmentos produtivos acima mencionados. Seu fabrico não se dava de modo tão pulverizado como no caso da lavoura de mantimentos, tampouco concentrado como o do anil e dos derivados da cana-de-açúcar. Por outro lado, da documentação pesquisada consta que - exceto em 1799 - todas as arrobas produzidas de toucinho foram vendidas. Tais transações ocorriam, amiúde, com a cidade do Rio de Janeiro e, esporadicamente, com a Ilha Grande e "na terra" (8)

Decerto, a proximidade do mercado fluminense, restrito a pequena parcela da população, estimulava as trocas e, em decorrência, animava a circulação monetária de Bananal. Todavia, o estímulo proporcionado pelo

(8) Em vista do caráter assistemático de seu registro, bem como das pequenas quantidades produzidas, deixa-se de tecer maiores comentários acerca dos valores da Tabela 2 concernentes a algodão, bois, cavalos e bestas.

comércio do açúcar, da aguardente, do anil ou do toucinho não era, ao que tudo indica, suficiente para modificar substancialmente o caráter da produção da localidade. O açúcar, dentre os itens elencados, era o que apresentava melhores condições para patrocinar tal modificação. Seu fabrico, porém, dependia de uma dotação prévia de capital, mormente instalações do engenho e escravaria. Tal requisito implicava efetivo círculo vicioso a limitar as alternativas econômicas postas à maioria dos futuros produtores de café. Permaneciam essencialmente produzindo víveres, o que não lhes trazia recursos bastantes para investirem na aquisição de cativos, muito menos para se tornarem senhores de engenho. Não dispoñdo de capital suficiente, continuavam com aquela produção, o que os restringia basicamente ao incerto e diminuto mercado local.

I.3 - Cativos Acrescidos, Capital Acumulado

A noção de um círculo vicioso a enredar parcela majoritária dos domicílios da amostra em tela pode ser aprofundada mediante o exame da acumulação em escravos ocorrida durante a fase pré-cafeeira em Bananal. Esse processo de acumulação, entendido à luz da noção aludida, dar-se-ia, nos diversos fogos, em ritmos diferenciados, condicionados pela massa de cativos presentes e o tipo de cultura neles encetada.

A Tabela 3 permite que se proceda ao aprofundamento referido. Dela faz-se constar o comportamento, de 1799 a 1804, da posse escrava nos domicílios sob análise, acompanhados individualmente ano a ano. Dos 25 fogos que compõem a amostra em 1799, 9 (36,0%) não contavam com a mão-de-obra escrava. Outros 12 (48,0%) possuíam 4 ou menos cativos. Eram, pois, 4 (16,0%) os detentores de plantéis com mais de 5 indivíduos. Os 16 domicílios escravistas, àquele ano, possuíam conjuntamente 86 mancípios. Este total, em 1804, alçava-se a 160, distribuídos por 20 dentre os 33 fogos da amostra: 14 (42,4%) com menos de 5 escravos; 6 (18,2%) com plantéis formados por 5 ou mais cativos. Nesse último ano, eram 13 (39,4%) os domicílios de não-escravistas.

TABELA 3
ACUMULAÇÃO EM ESCRAVOS NOS
ANOS PRÉ-CAFEEIROS
(Número de Cativos Possuídos)

Número do Fogo ^a	Anos				
	1799	1801	1802	1803	1804
32	0	0	0	0	0
53	0	0	0	0	0
59	0	0	0	0	0
64			0	0	0
70			0	0	0
140				0	0
199	0	0	0	0	0
200					0
13	0		0	0	1
105			0	0	1
198	0	0	0	0	1
192	0	0	0	0	3
8	0	1	1	1	0
6	0	1	1	1	1
122	1	1	1	1	0
194	1	1	1	1	0
204					1
208	-				1
49	1	1	1	1	2
153	1	1	1	1	2
135	2	0	0	0	0
4	2		2	2	2
150			2		
76		2	2	2	3
183	2	2	2	2	3
126	3	2	2	2	3
2	3	4	3	3	3
189	3	5	5	5	7
168	4				0
147	4	6	5	5	6
72	7	12	13	13	16
132	9	14	15	16	14
160	15	42	49	47	53
115	28		31	33	37

Nota: ^a Este número foi atribuído, segundo ordem alfabética do nome do chefe, aos domicílios que produziam café em 1829.

Tem-se, pois, entre 1799 e 1804, um acréscimo em escravos igual a 74 indivíduos. Desta cifra, apenas 9,5% (7 elementos) dizem respeito ao incremento verificado a partir dos domicílios em que não havia cativos anteriormente. Esses 7 escravos acrescidos distribuía-se da seguinte forma: 4 deles, um por domicílio, em plantéis unitários (3 dos 4 fogos em questão computaram-se em 1799; o restante passou a integrar a amostra em 1802); 3 deles em um único plantel, constituído entre 1803 e 1804. Trata-se, este último caso, do domicílio chefiado por Máximo Ribeiro dos Santos, branco, natural de Guaratinguetá e contando 24 anos de idade em 1799 e que, tendo vivido com seus pais e irmãos até 1802, quando se casou, passou a residir em fogo independente.⁽⁹⁾ Portanto, do total de 14 domicílios que, em diferentes anos do período considerado, passaram a integrar a amostra com zero escravos, apenas 5 vivenciaram alguma acumulação em cativos.

Acréscimo igualmente inexpressivo conheceram os fogos que, no período em foco, foram incorporados à amostra com escravaria inferior a 5 indivíduos. Tais domicílios, que eram 15 em 1804, responderam por 8,1% (6 elementos) do incremento total acima mencionado. Este resultado deveu-se à interação de situações em que se manteve a quantidade possuída de escravos (em 5 domicílios),⁽¹⁰⁾ outras nas quais se verificou aumento na dita quantidade (em 6 fogos) e, por fim, aquelas em que se observou diminuição no tamanho dos plantéis (em 4 casos). Via de regra, estes aumentos e diminuições envolveram um único ou, no máximo, 2 cativos por plantel. Variações como estas não necessariamente decorriam da compra ou venda de escravos; tampouco forçosamente traduziam algum intuito deliberado de seus proprietários.

(9) A metodologia empregada neste artigo acarretou o enfrentamento, em alguns casos, de dificuldades de duas ordens. A primeira, representada pelo exemplo de Máximo Ribeiro dos Santos, traduziu-se na localização dos indivíduos acompanhados, todos eles chefes de domicílio em 1829, vivendo em domicílios chefiados por um de seus genitores em anos anteriores. A segunda apresentou-se no acompanhamento de algumas das mulheres viúvas que chefiavam domicílios cafeeiros em 1829, as quais foram localizadas em anos anteriores vivendo em fogos chefiados por seu cônjuge. Em ambas as situações, consideradas as peculiaridades de cada caso e as condições sob as quais se colocavam os indivíduos em questão, optou-se pela continuidade ou não da coleta de dados.

(10) Em dois destes domicílios o mesmo número de cativos em 1799 e 1804 encobre oscilações nos anos intermediários: assim, João Ignácio Pereira possuía 3 escravos em 1799, 4 em 1801 e novamente 3 nos anos subsequentes; por sua vez, José de Aguiar Valim detinha 3 cativos em 1799, 2 em 1801, 1802 e 1803, e novamente 3 em 1804.

Oscilações de maior amplitude verificaram-se em dois casos. Um deles, o domicílio do alferes Máximo José da Silva Reis, branco, fazendeiro, natural de Guaratinguetá, com 16 anos em 1799, ano em que vivia com sua mãe e era proprietário de 4 escravos. Essa escravaria não consta do arrolamento atinente a 1804. Pelo que se infere da ausência de registro na documentação pertinente, o jovem fazendeiro teria se ausentado de Bananal entre aqueles anos. A outra exceção refere-se ao plantel de D. Mariana de Jesus, viúva, branca, natural "das Ilhas", com 3 escravos e 37 anos de idade em 1799; ela possuía 5 cativos em seu plantel em 1801, 1802 e 1803, e 7 em 1804.

À análise feita até aqui dos informes da Tabela 3 deve ser adicionada a consideração de que os domicílios não-escravistas ou possuidores de escravaria pouco numerosa (menos de 5 cativos) apresentavam como traço característico o fato de, no período em tela, não comercializarem seus produtos, ou ainda, quando partícipes do mercado, realizarem vendas esporádicas de pequenas quantidades, mormente de toucinho para o Rio de Janeiro.⁽¹¹⁾ Estes mesmos fogos, cujo número era de 29 (87,9% do total em 1804), responderam pelo aumento líquido de tão-somente 13 escravos (17,6% do total acrescido entre 1799 e 1804). Corroborar-se, assim, a noção acima aventada de um círculo vicioso a limitar o movimento de acumulação por parte dos domicílios detentores de modestos cabedais.

Os fogos possuidores dos maiores recursos eram apenas 4 (12,1% do total em 1804). A eles se deve parcela majoritária do acréscimo havido na escravaria nos anos em foco: um incremento de 61 cativos (82,4% do aumento total). Para esses casos, a acumulação aparentemente não se via limitada pelos mecanismos acima expostos. O exame pormenorizado das atividades econômicas desenvolvidas nesses 4 domicílios permite o vislumbre das efetivas possibilidades de um processo acumulativo nos quadros de uma economia cujo perfil se traçava pela produção de víveres e criação de animais.

De imediato, sobressai o fogo chefiado pelo alferes Luiz Gonçalves Lima, casado, branco, natural do Rio de Janeiro. O alferes, como visto anteriormente, era o único proprietário de engenho dentre os domicílios da

(11) De fato, dentre os 29 domicílios não-escravistas ou possuidores de plantéis com menos de 5 escravos, apenas 12 venderam toucinho em algum ano entre 1799 e 1804. Além disso, 1 exportou 91 cabeças de gado para o Rio de Janeiro e 2 outros venderam parte de sua produção de mantimentos "na terra"

amostra, responsável pela totalidade da produção computada de açúcar e aguardente. Ao fabrico desses derivados da cana, destinados ao mercado - em especial o fluminense -, adicionava-se o cultivo de víveres, eventualmente comercializados "na terra"; a criação de gado e a venda de toucinho completavam o rol de atividades encetadas.

Jovem escravista, com 34 anos, Luiz Gonçalves Lima possuía 15 cativos em 1799, quantidade que se elevava já a 42 elementos em 1801, perfazendo, em 1804, 53 escravos.⁽¹²⁾ Sozinho, pois, este domicílio respondeu por mais da metade (51,4%) do incremento contabilizado na amostra. Poder-se-ia quiçá sugerir que essa acumulação achava-se estreitamente vinculada aos rendimentos monetários propiciados pelo alentado espectro de atividades desenvolvidas.⁽¹³⁾ De fato, montaram tais rendimentos, no mínimo, a cerca de 700\$000 réis ao longo dos 5 anos considerados.⁽¹⁴⁾

Outro caso a corroborar a sugestão acima refere-se ao maior dos escravistas em 1799, possuidor de um plantel com 28 cativos. Trata-se de Joaquim Ferreira Pena, lisboeta, casado, com 36 anos de idade. Arrolado como agricultor, este português empregava seus escravos na lavoura de mantimentos, na criação de animais e no preparo do toucinho. Este último gênero, bem como parcela de seu gado, eram encaminhados esporadicamente

(12) Cumpre observar que alguns escravistas, em especial os de maior porte, possuíam propriedades em localidades diversas; nesses casos, estava aberta a possibilidade de efetuarem deslocamentos de parte ou da totalidade de sua escravaria entre diferentes fazendas. Tais transferências nem sempre eram anotadas nas listas nominativas. Uma lacuna deste tipo poderia ser um dos fatores a explicar o vultoso acréscimo havido no plantel de Luiz Gonçalves Lima entre 1799 e 1801. A lista nominativa deste último ano traz apenas o registro de um aumento de 7 cativos em comparação com a situação atinente ao ano precedente: 2 escravos comprados e 5 nascidos; não se preservou, porém, o documento de 1800.

(13) Ressalvados eventos como o contemplado na nota anterior, cabe referir que para a acumulação em escravos concorriam, fundamentalmente, tanto a aquisição de cativos como o crescimento natural do contingente já possuído. Os maiores plantéis são justamente aqueles nos quais a efetivação de ambas as alternativas encontrava condições mais favoráveis. A compra via-se facilitada pelo grau de envolvimento dos escravistas de maior porte em atividades relacionadas com o mercado; o crescimento vegetativo, por sua vez, beneficiava-se, antes do mais, do próprio tamanho desses plantéis. Neste último caso, à maior possibilidade de escolha do cônjuge aliavam-se os baixos índices de ocorrência de casamentos entre escravos pertencentes a diferentes senhores. A contribuição de ambos os fatores mencionados, concorrentes no processo de acumulação, acha-se explorada, para a região em tela, em MOTTA (1988, p. 88) e COSTA & NOZOE (1989, p. 343). O cômputo da incidência dos casamentos inter-plantéis encontra-se em METCALF (1983, p. 181), SLENES (1987, p. 218), COSTA, SLENES & SCHWARTZ (1987, p. 257) e MOTTA (1990, p. 280).

(14) Esta cifra é qualificada como mínima porque nem todos os itens comercializados por Luiz Gonçalves Lima tiveram seus valores de venda consignados na documentação pesquisada.

para o mercado do Rio; já os excedentes ocasionais de milho, feijão, arroz e farinha, vendiam-se "na porta". O resultado de sua atividade comercial atingiu, tomado o período 1799-1804 como um todo, a soma de, no mínimo, 680\$000 réis. *Pari passu*, seu plantel crescia: eram já 37 os cativos em 1804. Um acréscimo, portanto, de 9 escravos, correspondente a 12,2% do aumento total da massa cativa da amostra no dito período.

José Gonçalves de Campos, mineiro, branco, solteiro e com 26 anos de idade, *vis-à-vis* os dois casos anteriores, participa de forma mais modesta do comércio; outrossim, detém menor número de escravos (9) em 1799, situação que se mantém ao longo dos demais anos do período. Assim, embora produzisse víveres e criasse gado, o toucinho, vendido para o Rio de Janeiro e que rendeu cerca de 130\$000 réis, consta como único gênero transacionado neste domicílio. Quanto à acumulação em escravos, o plantel de José Gonçalves de Campos respondeu por 6,8% do incremento total verificado entre 1799 e 1804. Este resultado, cabe notar, encobre oscilações observadas nos anos intermediários, vale dizer, o referido plantel chegou a ter 16 componentes em 1803, número reduzido para 14 no ano subsequente.

O último dos quatro domicílios aludidos é o de João Ribeiro Barbosa, branco, natural de Guaratinguetá e com 47 anos de idade em 1799. Casado com Ignácia Maria do Espírito Santo, possuía 7 cativos em seu plantel, escravaria que montava a 16 indivíduos em 1804. Foram, pois, 9 os escravos acrescidos, isto é, 12,2% do incremento total da amostra. Naqueles anos, este agricultor auferiu cerca de 210\$000 réis com a venda de anil e toucinho para o Rio. Possuía, ademais, algumas reses e um par de cavalos, e cultivava mantimentos para o gasto de sua família e cativos.

Pelo exposto, evidencia-se que nos anos "pré-cafeeiros" (1799-1804) as possibilidades dadas à comunidade bananalense, no sentido da acumulação em escravos, assumiam alguns caracteres razoavelmente bem definidos. Tais caracteres patentearam-se a partir da amostra analisada, composta por domicílios que, arrolados em 1829, produziam nesse ano, entre outros gêneros, o café. Assim, a acumulação ocorria majoritariamente nos fogos onde, de um lado, habitavam os escravistas de porte mais significativo e, de outro, direcionava-se para o mercado parcela relativamente mais expressiva da produção. Estes dois traços dos domicílios em questão articulavam-se em estreito e recíproco condicionamento. Mais ainda, a tais fogos era possível o

recurso simultâneo a ambos os mecanismos pelos quais se manifestava aquele mútuo condicionamento: a aquisição de cativos mediante a compra e o aumento dos plantéis pela via do crescimento vegetativo de seu contingente.

Nesta amostra, apenas 4 fogos revelaram ativa acumulação em escravos. As demais quase três dezenas de domicílios considerados puseram-se, em boa medida, à margem daquele processo acumulativo. Resultou daí o aumento dos níveis de concentração da propriedade cativa, que já se afastavam muito de uma distribuição equilibrada em 1799. Tem-se, pois, reafirmada a noção de um círculo vicioso, da qual emerge um quadro econômico no qual o padrão distributivo tende a agravar-se e o acesso ao estreito leque de atividades rentáveis a permanecer restrito a poucos fogos.

II - A Afluência Populacional, 1805-1813

A concretização da tendência apontada na seção precedente viu-se conturbada no decurso do período 1805-1813. Bananal, ao que tudo indica, vivenciou a ação de eflúvios positivos, originados da transferência das Cortes Portuguesas para a cidade do Rio de Janeiro, bem como da difusão da cafeicultura. A localidade, de fato, até então marcada por um evoluir marasmático, surgiu em meio àqueles anos como efetivo pólo de atração demográfica, cuja economia passava a assentar-se, em grande medida, sobre o café.

A transformação do município da Corte em importante centro consumidor de produtos de subsistência, de acesso relativamente fácil pelo Caminho Novo da Piedade, deve ter fomentado em Bananal - sita às margens desse caminho - o cultivo de víveres e a criação de aves e animais destinados para aquele mercado. A localidade, ademais, parece ter tido condições de abrigar em seu território indivíduos egressos da capitania fluminense, em um processo migratório decorrente da intensificação da exploração econômica da terra nas áreas mais próximas do Município Neutro.

A disseminação da cultura da rubiácea, por sua vez, assumiu relevância à vista de suas características peculiares *vis-à-vis* as dos cultivos preexistentes. Assim, o café, comparativamente ao açúcar, demandava modesto volume de recursos; de outra parte, relativamente à lavoura de subsistência, possuía rentabilidade sobejamente superior. A cafeicultura, pois, revelava-se

como opção plena de atrativos, mormente aos lavradores de menores posses, para os quais, inclusive, poderia significar o rompimento do círculo vicioso que os constrangia.⁽¹⁵⁾

A Tabela 4 permite o esmiuçamento dos comentários exarados nos parágrafos anteriores, pela contextualização em nível dos indivíduos componentes da amostra, composta pelos produtores de café em 1829 presentes em pelo menos uma das listas nominativas existentes para o período em tela.⁽¹⁶⁾

Corroborar-se, de imediato, a afluência populacional, evidente traço distintivo de Bananal entre 1805/1813, em especial no último triênio. Duplica-se praticamente o número de fogos considerados: eram 31 em 1805, 39 em 1809 e 61 em 1813.⁽¹⁷⁾ A entrada de novos domicílios na amostra deu-se majoritariamente no conjunto daqueles em que não havia escravos; foram 26 os fogos nessas condições e que eram ainda chefiados por não-escravistas ao fim do período. Como decorrência, os domicílios sem cativos, que representavam 41,9% do total em 1805, tiveram sua participação relativa elevada para 47,5% em 1813.

Alarga-se, portanto, o segmento formado pelos detentores de menores recursos. Vinham tais indivíduos para Bananal, em geral ainda jovens, casais possivelmente recém-constituídos, muitos ainda sem filhos, e mesmo rapazes solteiros que vinham a contrair núpcias com moças da comunidade local. Procediam, em grande parte (34,7%), de localidades próximas, em especial da porção paulista do Vale do Paraíba (Taubaté e, sobretudo, Guaratinguetá). Outros eram naturais da capitania fluminense (23,1%), particularmente de Resende, de São João Marcos e da Ilha Grande, a atestar os efeitos da transferência das Cortes acima sugeridos. Alguns eram de ultramar (15,4%), seja da Metrópole, seja das Ilhas. Havia ainda um mineiro e um curitibano. Por fim, 5 deles (19,2%) eram bananalenses; nesses casos, amiúde dava-se,

(15) Sobre a introdução da cafeicultura na região pelos pequenos produtores, ver, entre outros, MARCÍLIO (1974, p. 187) e WHATELY (1987, p. 69).

(16) Entre 1805 e 1813 não se dispôs tão-somente do recenseamento atinente a 1810. De outra parte, para todos os anos desse período, a documentação não trazia informações concernentes à produção dos domicílios bananalenses.

(17) O evoluir demográfico aludido, cumpre salientar, não se restringiu ao segmento populacional contemplado neste trabalho. Em MOTTA (1988, p. 76-77), o autor, referindo-se ao período 1801/1817, observa que o **total de habitantes** de Bananal alçou-se de 978 em 1801 para 2926 em 1817; o número de indivíduos livres multiplicou-se por cerca de 3,3 entre aqueles dois anos, sendo de 2,5 o fator correlato verificado entre os escravos.

por força do matrimônio, a formação de um fogo independente, marido e mulher oriundos dos respectivos domicílios paternos. Para todos os casos aludidos, era comum constar do documento a observação de que se tratava de "novo habitante", "morador novo", "é novo principiante" etc.

TABELA 4
ACUMULAÇÃO EM ESCRAVOS NOS ANOS DE
AFLUÊNCIA POPULACIONAL
(Número de Cativos Possuídos)

Número do Fogo ^a	Anos							
	1805	1806	1807	1808	1809	1811	1812	1813
8	0	0	0	0	0	0	0	0
32	0	0	0	0	0	0	0	0
53	0	0	0	0	0		0	0
59	0	0	0	0	0	0	0	0
122	0	0	0	0	0	0	0	0
199	0	0	0	0	0	0	0	0
200	0	0	0	0				
70		0	0	0	0	0	0	
169		0	0	0	0	0	0	0
100			0	0	0	0	0	0
118					0	0		
23						0	0	
42						0	0	0
47						0	0	0
57						0	0	0
69						0	0	0
87						0	0	
99						0	0	0
124						0	0	0
167						0	0	0
170						0	0	0
173						0	0	0
196						0	0	0
215						0	0	0
15							0	0
74							0	0
81							0	0
103							0	0
155							0	0
177							0	0
10								0
41								0
107								0
156								0

(continua)

TABELA 4

(continuação)

Número do Fogo ^a	Anos							
	1805	1806	1807	1808	1809	1811	1812	1813
175							0	1
152	0	0	0	0	0	0	0	1
64		0	0	0	0	0	1	1
194	0	0	0	0	0	1	1	1
150		0	0	1	1	1	1	1
140	0	0	1	1	1	1	1	
133				0	0		1	2
65	0	0	1	1	1	2	2	
135	0	0	0	0	0	2	7	7
168	0	0	0	0	0	0	38	38
198	1	1	1	1	1	1	1	
208	1	1	1	1	1	1		1
39						1	3	1
105	1	1	1	1	1	2	2	1
13	1	1	2	2	2	2	4	4
6	1	3	3	3	3	5	6	8
4	2	2	2	2	2	2	2	2
190								2
201							2	2
49	2	2	4	4	2	3	3	
153		2	6	4	4	3	3	3
126	2	2	3	2	2	7	6	10
19							2	26
2	3	3	3	3	3	3	3	3
192	3	4	4	4	4	5	5	5
204		3	3	3	3	5	5	5
183	4	4	2	2	2	3	3	4
76	4	6	7	7	8	12	9	6
146							5	10
147	6	6	6	8	12	7	9	9
189	6	6	6	6	6	6	8	10
7								13
132	14	11	5	5	5	5		5
72	16	15	18	18	21	19	16	16
115	39	40	43	46	45	42	42	41
160	57	60	56	55	60	85	119	145

Nota: ^a Este número foi atribuído, segundo ordem alfabética do nome do chefe, aos domicílios que produziam café em 1829.

Os habitantes desses 26 fogos, ainda que atraídos para a localidade no período em questão pelo ambiente propício que lá se conformava, não lograram traduzir os benefícios eventualmente dali extraídos numa efetiva integração sua no processo de acumulação em escravos. Tal integração não se verificou igualmente para outros 6 domicílios, identificados em 1813 e que já compunham a amostra no período 1799-1804, todos eles sem cativos.

Não obstante serem numericamente expressivos os casos em que não se verificou qualquer aumento na escravaria, houve significativo acréscimo no total de cativos entre 1805 e 1813, passando de 163 para 384 indivíduos. Tal incremento, à medida que assumiu maior magnitude em uns poucos domicílios, assemelha-se àquele observado no período 1799-1804. Todavia, ambos os incrementos diferenciam-se, pois entre 1805-1813 um conjunto maior de fogos participou da acumulação, que se processou de forma mais pulverizada. Vale dizer, o aventado ambiente propício instaurado na localidade parece ter não apenas imprimido a Bananal um caráter de pólo de atração demográfica, mas também dado margem à formação de novos plantéis e à ampliação dos já existentes.

A formação de novos plantéis ocorreu em 8 dos domicílios constantes da amostra em 1813.⁽¹⁸⁾ Neste ano contavam com 52 escravos, correspondentes a 23,5% do acréscimo total verificado entre 1805-1813. Essa massa cativa distribuía-se por 5 plantéis unitários e 3 formados, respectivamente, por 2, 7 e 38 indivíduos.

Os dois maiores plantéis desse grupo merecem consideração à parte. Pertenciam aos irmãos Silva Reis, naturais de Guaratinguetá, ambos integrantes das Companhias de Ordenanças e que viviam com a mãe em 1799. José Joaquim, com 33 anos em 1813, detinha 7 cativos; Máximo José, com 37 anos em 1813, possuía 38 escravos. Os aumentos nos dois plantéis foram abruptos; de outra parte, essa família mantinha outra fazenda em Guaratinguetá, sendo bastante plausível estar-se diante de deslocamentos de escravos entre propriedades, talvez devidos a eventual partilha dos bens familiares.⁽¹⁹⁾

(18) Isto é, estes 8 escravistas apareceram como não-escravistas em algum dos anos entre 1805 e 1812; 4 delês, cabe notar, possuíram escravos em algum momento entre 1799-1804.

(19) Reproduzir-se-ia, assim, o fenômeno explicitado na nota 12. De fato, um terceiro irmão Silva Reis, não partícipe da amostra por não produzir café em 1829, detinha 57 cativos em Bananal em 1811, quando se retirou para Guaratinguetá. Retornou em 1816, com apenas 6 escravos. A

A ampliação do tamanho dos plantéis, a sua vez, ocorreu em 17 (27,9%) dos 61 domicílios arrolados na amostra em 1813. Em apenas 1 caso houve decréscimo na escravaria. O incremento líquido foi de 169 cativos, ou seja, cerca de três quartos (76,5%) do número total de escravos acrescidos entre 1805 e 1813. O único fogo em que diminuiu a magnitude do plantel era o do já referido José Gonçalves de Campos, um dos 4 maiores escravistas dos anos pré-cafeeiros; com 14 escravos em 1805, sua propriedade reduziu-se para 5 indivíduos em 1813.

Dentre os 17 fogos nos quais os plantéis viram-se ampliados, sobressaiu-se, uma vez mais, o do alferes Luiz Gonçalves Lima. Maior escravista da amostra desde 1801, este senhor de engenho possuía 57 cativos em 1805 e 145 em 1813. Uma variação, pois, de 88 elementos entre estes últimos dois anos, correspondendo a 39,8% do aumento total verificado na amostra. Os dois domicílios restantes, dentre os 4 onde se achavam os maiores plantéis dos anos pré-cafeeiros, cresceram sua escravaria em meio ao período 1805-1813, mas chegaram a 1813 praticamente como estavam em 1805: o casal João Ribeiro Barbosa e Ignácia Maria do Espírito Santo, com 16 cativos em 1805, aumentaram seu plantel para 21 escravos em 1810, número reduzido para 16 em 1813; Joaquim Ferreira Pena detinha 39 cativos em 1805, 46 em 1809 e 41 em 1813.

Portanto, à exceção do caso de Luiz Gonçalves Lima, a acumulação em escravos havida em Bananal deixou de processar-se quase que tão-somente no segmento formado pelos proprietários de maior porte, tal como ocorrera nos anos pré-cafeeiros, vindo a viabilizar-se igualmente aos estratos detentores de menores recursos. Em tais estratos inseriam-se os 15 domicílios da amostra aos quais, juntamente com o do alferes Lima e o de Joaquim Ferreira Pena, vinculava-se a maior parte do crescimento da massa escrava.

O acúmulo em escravos no conjunto composto pelos 15 fogos citados (24,6% dos domicílios consignados em 1813) alçou-se a 91 indivíduos (41,2% do total da amostra). Na média dos 15 plantéis o incremento foi da

sugerida partilha, portanto, pode ter se dado no momento em que esse irmão, Antônio José, partia para a localidade onde nascera. Os Silva Reis Missel, segundo apontado em MARCONDES DE MOURA (1993, p. 299-300), descendiam do capitão-mor de Guaratinguetá, Manoel da Silva Reis, que desempenhou papel relevante no processo de abertura do Caminho Novo da Piedade, recebendo por Carta de Sesmaria, nos anos 1770, grandes extensões de terra na região do Bananal (ver, também, TAUNAY, 1927, p. 204, e RODRIGUES, 1980, p. 24-25 e 29-31).

ordem de 200%, elevando-se o número médio de cativos por eles possuídos para 7,6 em 1813. A classificação destes escravistas segundo três diferentes faixas de tamanho dos plantéis (de 1 a 4, de 5 a 9 e com 10 ou mais escravos) permite aprofundar as considerações acerca do caráter relativamente difuso assumido pela acumulação no período sob análise.

Percebe-se, em mais da metade dos casos (8, isto é, 53,3%), mudanças de faixa de tamanho. Assim, 4 escravistas com menos de 5 cativos passaram a integrar o estrato intermediário em 1813; 2 plantéis de início na faixa dos 5 a 9 escravos vieram a compor o segmento de maior porte; e, finalmente, outros 2, com 4 ou menos elementos, chegaram em 1813 inseridos no estrato superior de tamanho.

O caso de Ignácio Ribeiro Barbosa - entre os escravistas cujos plantéis acusaram mudanças de faixas de tamanho - bem ilustra os caminhos possíveis que se abriam ao processo acumulativo. Esse agricultor, natural de Guaratinguetá, soldado de cavalaria, com 30 anos de idade em 1799, vivia com sua mãe, Maria Ribeira Barbosa - viúva de 78 anos e proprietária de 13 escravos -, e seu irmão, Antônio Ribeiro Barbosa. Em 1801, ao casar-se com Gertrudes Maria de Oliveira, nascida em Taubaté, constituiu domicílio próprio e um plantel com 2 cativos: Matheus, negro de 24 anos, oriundo da escravaria de sua mãe, e Gertrudes, negra de 17 anos, ao que tudo indica trazida de Taubaté.

Em 1804, Ignácio Ribeiro Barbosa, que plantava víveres e efetuava vendas fortuitas de toucinho, comprou na localidade taubateana mais uma cativa, de 20 anos de idade. No ano subsequente, seu plantel viu-se acrescido pelo nascimento de uma menina. Nova compra, agora em Minas, foi realizada em 1806, envolvendo 2 elementos do sexo masculino. Em 1809, veio à luz outra cria cativa, desta feita um menino, com o que sua escravaria alçou-se a 8 indivíduos. Mais 4 escravos foram acrescentados entre 1809 e 1811, possivelmente em decorrência da parte que lhe coube pela legítima de sua mãe.⁽²⁰⁾

Outros dois casos, entre os domicílios onde ocorrem alterações de faixas de tamanho dos plantéis, merecedores de análise mais pormenoriza-

(20) Essa suposição funda-se nos informes constantes do arrolamento do domicílio de Antônio Ribeiro Barbosa, irmão do agricultor em questão. Nesse fogo, acresciam-se 2 cativas em 1809, "*por legítima de sua mãe*".

da, dizem respeito aos fogos de Antônio José Nogueira e de seu cunhado, José Ramos Nogueira. Membros da Imperial Guarda de Honra, ambos vinculavam-se às tradicionais famílias bananalenses dos Almeida e dos Nogueira, as quais descendiam do português Pedro Rodrigues de Almeida Leal, um dos sesmeiros que receberam terras do já citado capitão Manoel da Silva Reis na etapa de formação do povoado. Entre os netos desse imigrante lusitano contavam-se os filhos de Luiz José de Almeida: Antônio José Nogueira, Luciano José de Almeida e Domiciana de Almeida, esposa de José Ramos Nogueira.⁽²¹⁾

Antônio José Nogueira passou a integrar a amostra em 1812, com um plantel de 2 escravos. Nascido em Bananal, tinha então 20 anos de idade. Seu domicílio, no qual coabitavam alguns de seus irmãos solteiros na qualidade de agregados, aparecia já com 26 escravos em 1813. É possível que, ao menos parcialmente, tal acréscimo fosse devido ao cômputo, como de propriedade de Antônio, de cativos em verdade pertencentes àqueles irmãos. A morte do pai, Luiz José de Almeida, e a conseqüente divisão de seu legado, decerto explicava parcela substantiva do incremento havido. A viúva, provavelmente por força da mesma partilha, entre 1812 e 1813, cedeu 4 escravos ao seu genro, José Ramos Nogueira, que neste último ano passou a deter um plantel formado por 10 elementos.

Dentre os 7 fogos que participaram do processo de acumulação, mas não vivenciaram alterações de faixa de tamanho dos plantéis, 4 eram chefiados por indivíduos que constituíram seus domicílios na localidade entre 1805 e 1813. Vê-se, portanto, que também os escravistas, ainda que em proporção minoritária, igualmente se fizeram presentes no fluxo migratório

(21) Não se pode descartar eventual relação de consangüinidade entre Domiciana de Almeida e José Ramos Nogueira. Os dois cônjuges parecem descender do capitão-mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó. De fato, a mãe de Domiciana era trineta do referido capitão e esposa de Luiz José de Almeida. O mesmo grau de parentesco possivelmente verificava-se quanto à genitora de José Ramos Nogueira, Florência Maria Nogueira. Sobre os troncos familiares dos Almeida e dos Nogueira de Bananal, ver MELLO (1942). Por outro lado, na geração seguinte dessas famílias observaram-se vários matrimônios consangüíneos. Placidina, filha de Antônio José Nogueira e de D. Mariana da Silva, casou-se com seu primo-irmão José Fragoso, filho de José Ramos Nogueira e de D. Domiciana de Almeida. Outro filho deste último casal, de nome Pedro Ramos Nogueira, casou-se com sua prima-irmã Placídia Maria de Almeida, filha de Luciano José de Almeida e de D. Maria Joaquina Sampaio. Esses casos ilustram cabalmente a prática, adotada pela elite, dos casamentos consangüíneos enquanto efetiva estratégia contrária ao fracionamento do patrimônio acumulado ao longo de sucessivas gerações. Acerca das estratégias familiares na transmissão do legado, observadas na sociedade paulista do século XIX, ver, por exemplo, SAMARA (1988 e 1989) e OLIVEIRA (1989).

direcionado para Bananal no período em questão. Os 27 cativos acrescidos nesses 7 fogos corresponderam a 12,2% do incremento total verificado na massa escrava da amostra.

Dos 27 escravos aludidos, 13 compunham o plantel de Antônio Barbosa da Silva. Este mineiro de Sabará chegou a Bananal em 1813, com 22 anos de idade. Nesse mesmo ano, contraiu núpcias com Placidina Carolina Nogueira, filha do capitão Hilário Gomes Nogueira, abastado senhor de engenho natural de Baependi, proprietário de fazendas no Bananal e em São João Marcos e detentor de várias dezenas de cativos. A documentação compulsada não permite estabelecer com certeza se o referido plantel fora formado por Antônio Barbosa da Silva ou recebido por Placidina como dote.

Por fim, a completar o elenco de 61 domicílios componentes da amostra em 1813, restam 5 casos. Todos já integravam a amostra nos anos pré-cafeeiros e achavam-se em 1813 com o mesmo número de escravos possuídos em 1805: dois com plantéis unitários e os demais com, respectivamente, 2, 3 e 4 cativos. Trata-se, pois, de pequenos escravistas que, analogamente à maioria dos não-proprietários de cativos, mantiveram-se apartados do processo de acumulação.

Em suma, no tópico vertente sugeriu-se que a afluência populacional em Bananal, verificada entre 1805 e 1813, refletia os estímulos econômicos ligados, de um lado, à transferência das Cortes e, de outro, à difusão inicial da cafeicultura. Esses fenômenos demo-econômicos patrocinaram a superação do círculo vicioso ao qual se achava confinado o processo de acumulação nos anos pré-cafeeiros. Os efeitos sobre esse processo assumiram aparência contraditória. Ampliou-se a gama dos domicílios não possuidores de cativos e, *pari passu*, alargou-se e renovou-se o conjunto dos fogos onde se formavam ou se ampliavam os plantéis de escravos.

No período 1799-1804 a acumulação em cativos encontrava-se restrita quase completamente aos maiores escravistas, ativos partícipes do comércio de gêneros agropecuários. Nos anos subseqüentes, este processo fez-se sentir com menor exclusividade nos plantéis de maior tamanho, tendo se manifestado intensamente no conjunto dos integrantes dos segmentos de porte médio e pequeno, e mesmo alguns não-escravistas.

III - Os Caminhos da Difusão da Cafeicultura, 1814-1818

A partir de 1814, os informes relativos à produção dos domicílios de Bananal, omitidos da documentação entre 1805 e 1813, voltaram a ser anotados. Tais registros permitem que se corroborem as proposições aventadas na seção anterior, concernentes à vinculação entre os fenômenos demo-econômicos e o processo acumulativo em escravos ocorrido na localidade. Torna-se possível aprofundar a análise do mútuo condicionamento entre o intenso fluxo imigratório e a difusão inicial da cafeicultura, bem como o impacto desses fatos na conformação daquele processo, o qual passou a assumir perfil diferenciado *vis-à-vis* o verificado nos anos pré-cafeeiros.

A produção dos domicílios da amostra no quinquênio 1814-1818 é fornecida na Tabela 5. Percebe-se, de imediato, que ao elenco de gêneros tradicionalmente cultivados acresceu-se o café. Embora não fosse o item a aumentar com maior intensidade e ainda que se tenha mantido modesta, a produção da rubiácea praticamente triplicou no lustro em questão; é digna de nota, sobretudo, a regularidade da ascensão do montante colhido. De fato, a ampla disseminação da cafeicultura pode ser atestada pelos dados do total da população bananalense para 1817, ano em que "(...) 26,6% da população livre e 63,9% dos escravos viviam em domicílios nos quais era anotada a produção da rubiácea. (MOTTA, 1991a, p. 411).⁽²²⁾

Em 1814 foram produzidas 844 arrobas de café, cifra que se elevou a 2594 arrobas em 1818. Esta evolução corresponde a uma taxa média anual de crescimento da ordem de 32%. Não obstante essa taxa tenha apresentado grandes oscilações no período em questão, manteve-se sempre positiva. Tal comportamento coaduna-se com uma lavoura marcada pela entrada em produção de novos cafeeiros, ao que tudo indica plantados no início da segunda década do século. Cabe ressaltar que na primeira metade dos anos 1810, consoante diversos autores, assistia-se à queda nos preços do café. O aumento da área plantada em um contexto de preços cadentes sugere que o retorno monetário não foi fator solitário, talvez nem o mais importante, na definição do leque de culturas encetadas pelos moradores de Bananal, boa parte dos quais recém-entrados na localidade. Para aqueles indivíduos, a

(22) A continuidade dessa disseminação no decênio subsequente é evidenciada pelos percentuais correlatos referentes a 1829: 59,5% dos indivíduos livres e 89,0% dos cativos viviam em fogos nos quais o café era produzido (cf. MOTTA, 1991a, p. 411).

cafeicultura surgia como atividade subsidiária, desdobramento possível de uma agricultura de víveres ou do fabrico de derivados da cana-de-açúcar, estes últimos igualmente afetados, ao que parece, por uma análoga variação negativa em seus preços.⁽²³⁾

TABELA 5
CAFEICULTORES DE 1829
Produção em 1814-1818

Produto	Unidade de Medida	Anos				
		1814	1815	1816	1817	1818
Café	arobas	844	906	1382	2549	2594
Milho	alqueires	3110	7212	5529	10250	22187
	carros			221		
	cargueiros			361		
Feijão	alqueires	872	1334	1123	1428	2090
	carros			8		
Arroz	alqueires	373	528	439	508	1063
	carros			40		
Farinha	alqueires			200	240	
Açúcar	arobas	1040	1670	1080	2966	5326
Aguardente	canadas	75				
	pipas		269	100	785	1073
	barris				40	110
Toucinho	arobas	499	286	521	555	971
Capados	unidades					30
	arobas					6

Tome-se, por exemplo, o domicílio de João Pereira da Silva, o qual integra a amostra sob análise. Tratava-se de um agricultor de pequeno porte, que iniciou sua vida em Bananal como não-escravista e cultivador de gêneros de subsistência. João Pereira era natural da cidade do Porto e constou pela primeira vez da lista nominativa local em 1802, como "novo habitante". Tinha 19 anos de idade e se casara àquele ano com Rita Joaquina, filha de um agricultor bananalense. Em 1804, o domicílio em questão, que passou a

(23) Ver, para preços de exportação de café vigentes no Rio de Janeiro, TAUNAY (1939, v. 2, p. 132); para preços médios recebidos pelos cafeicultores de Taubaté, RANGEL (1990, p. 380). Em Bananal, verificaram-se os seguintes preços médios recebidos pelos agricultores na exportação: a) café, 2\$367 réis por arroba em 1814 e 1\$898 em 1816; b) açúcar, 2\$496 e 1\$644, respectivamente nos mesmos anos.

contar com um escravo, cultivava exclusivamente mantimentos "para o gasto de sua família". A partir de 1814 observou-se o registro da produção cafeeira, que veio se somar à de víveres. Entre 1814 e 1818, tal produção oscilou de 30 a 40 arrobas anuais, exportadas para a Corte. Concomitantemente, sua escravaria elevou-se de 1 para 9 cativos.

Já Manuel de Siqueira Roldão, natural de Lorena, não optou pela alternativa aberta pela rubiácea. Neste domicílio, que não faz parte da amostra, produzia-se, tal como no exemplo anterior, gêneros de subsistência em modestas quantidades. O primeiro registro de Manuel Roldão na documentação compulsada foi em 1805, ano em que contava com 39 anos de idade. Até 1829, sua produção cafeeira restringiu-se às 4 arrobas anotadas em 1825. Durante todo o período considerado, não se observou a presença de escravos no fogo em tela.⁽²⁴⁾

A natureza da cafeicultura enquanto atividade acessória, uma possibilidade adicional com relação à produção preexistente, manifestou-se igualmente para os agricultores comparativamente mais abastados. Assim, o já referido Luiz Gonçalves Lima, único senhor de engenho da amostra em 1799, produziu, em 1814, além de 1000 arrobas de açúcar e 50 canadas de aguardente, 260 arrobas de café, exportando essas produções para a Corte; vendeu também, "na terra", 200 alqueires de milho. Do total da receita monetária auferida na comercialização (3:652\$000 réis), 77% provieram da venda de açúcar e aguardente, 17% da exportação de café e 6% das transações com o milho. Entre 1814 e 1818, este domicílio nunca elevou sua produção cafeeira acima de 200 arrobas anuais, ao passo que atingiu, em 1818, a cifra de 3606 arrobas de açúcar e 640 pipas de aguardente. Em fins da década de 1820, o domicílio de Luiz Gonçalves Lima, que se mantinha como exportador de café, não apresentou produção alguma de derivados da cana-de-açúcar.

O exame do domicílio do casal Brás de Oliveira Arruda e Alda Maria Floriana Nogueira é ilustrativo de uma escolha distinta quanto à cafeicultura. Este fogo, não pertencente à amostra, caracterizou-se, nos anos pré-ca-

(24) Os casos como o de Manuel, que produziram café em algum ano do período 1799 a 1828, embora não componham a amostra trabalhada neste artigo, foram alvo de exaustivo levantamento. Não obstante, um exemplo mais adequado encontrar-se-ia entre os domicílios para os quais não se anotou a produção de café em nenhum dos anos do período; porém, os informes atinentes a tais fogos não foram coletados.

feeiros, pela criação de gado *vacum* e cavalariço. Em 1814, o Sargento-mor Brás Arruda, natural de Mangaratiba, tornou-se já senhor de engenho. Nesse ano exportou 800 arrobas de açúcar e 144 canadas de aguardente e vendeu "na terra" 50 alqueires de milho; esse comércio rendeu-lhe 2:969\$000 réis, sendo 98% desta quantia provenientes da exportação para o Rio. Apenas em alguns anos na primeira metade da década de 1820 foram registradas vendas de café no domicílio sob exame: 3000 arrobas em 1822 e 800 em 1825. Após o falecimento de Brás Arruda, ocorrido entre 1825 e 1828, a viúva manteve apenas a manufatura do açúcar e da aguardente, únicos gêneros comercializados nos dois últimos anos do período contemplado por este estudo (1828 e 1829).⁽²⁵⁾

Afora a cafeicultura, as alterações verificadas quanto à gama de produtos registrados na documentação concernente ao período 1814-1818 foram de pouca monta. Retomando-se os informes constantes da Tabela 5 e comparando-os aos dos anos pré-cafeeiros (Tabela 1), verifica-se a ausência de menção ao algodão, anil, bois, cavalos e bestas. Tais lacunas dever-se-iam, de um lado, a um eventual movimento de especialização da economia bananalense e, de outro, à possível ocorrência de sub-registros. Em contrapartida, no ano de 1818 registrou-se uma modesta, e até então inédita, produção de capados. Os demais gêneros - açúcar, aguardente, toucinho, milho, feijão, arroz e farinha de mandioca - mantiveram-se presentes, apresentando quantidades crescentes, desempenho em harmonia com o tautócrono evoluir demográfico.

Ao se considerar, a partir dos dados fornecidos na Tabela 6, o destino dado à produção dos domicílios da amostra observa-se, no período 1814-1818 e no que tange aos gêneros que vinham sendo habitualmente cultivados, a permanência das características prevalecentes entre 1799-1804. Vale dizer, os derivados da cana-de-açúcar eram remetidos quase que na íntegra para o mercado do Rio de Janeiro e os mantimentos majoritariamente consumidos pelos próprios produtores. A exceção ficou por conta do toucinho,

(25) Ao que tudo indica, parte da propriedade do casal, perfazendo cerca de 70 escravos, além da área ocupada pelos cafezais, foi entregue como dote da filha Alda Romana de Oliveira, que junto com seu cônjuge, coronel Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, compõe um domicílio independente na amostra a partir de 1828 (ver, acerca dos Arruda em Bananal, RODRIGUES, 1980, p. 38-40). Sobre esse fogo, voltar-se-á novamente a atenção no tópico IV deste estudo.

produto que visava basicamente à comercialização nos anos pré-cafeeiros e que, entre 1814 e 1818, direcionou-se sobretudo à subsistência.⁽²⁶⁾

TABELA 6
CAFEICULTORES DE 1829
Produção Vendida e Respectiveiros Produtores
1814 a 1818 (%)

Produto	Anos									
	1814		1815		1816		1817		1818	
	Dom	Pro	Dom	Pro	Dom	Pro	Dom	Pro	Dom	Pro
Café ^a	70	95	100	100	97	99	98	99 ^b	86	98 ^b
Milho:										
Alqueires	11	29	10	29 ^b	16	26 ^b	1	1 ^b	0	0 ^b
Carros					13	1				
Cargueiros			-		20	28				
Feijão										
Alqueires	5	10	2	2 ^b	3	8	0	0 ^b	0	0 ^b
Carros					0	0				
Arroz										
Alqueires	0	0	5	38	0	0	0	0	0	0 ^b
Carros					0	0				
Farinha					0	0	0	0		
Açúcar ^a	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Aguardente										
Canadas	100	93								
Pipas ^a			100	100	86	76	50	69 ^b	22	61 ^b
Barris ^a							100	100	100	100
Toucinho	13	29	3	2	9	9	4	12 ^b	9	26 ^b
Capados										
Unidades									20	33 ^b
Arrobas									0	0 ^b

Notas: ^a Inclusive as produções anotadas como "em ser". (Café: 11% do total produzido em 1814, 20% em 1815, 98% em 1916, 21% em 1817 e 23% em 1818. Açúcar: 7% do total produzido em 1815, 58% em 1816, 54% em 1817 e 12% em 1818. Aguardente em pipas: 61% do total produzido em 1815; 20% em 1816; 31% em 1817 e 60% em 1818. Aguardente em barris: 45% em 1818).

^b Não computados os casos em que não constou o destino da produção.

Obs.: Dom = Domicílios ; Pro = Produção.

(26) Ressalte-se que, para vários produtos nos anos de 1815, 1816, 1817 e 1818, foram numerosos os casos em que não foi possível apurar o destino da produção, implicando que os respectivos percentuais apresentados na Tabela 6 deverão ser entendidos como patamares mínimos para os níveis de comercialização.

No que diz respeito ao café, evidencia-se seu caráter de produto de exportação. Não obstante tratar-se de uma atividade acessória, desenvolvia-se com o fito precípua do comércio. Assim, dos 23 domicílios que produziam café em 1814, 16 (70%) vendiam-no "na terra" ou para a Corte; do total de 844 arrobas da rubiácea, 799 (95%) foram comercializadas (destas, 81% exportaram-se para o Rio). Nos 4 anos subseqüentes os níveis de comercialização foram ainda mais elevados.

Em face da disponibilidade, no período 1814-1818, do informe acerca das quantidades produzidas de café, optou-se, para fins de análise, pela divisão da amostra em dois subconjuntos, os quais se encontram arrolados nas Tabelas 7 e 8. Assim, da Tabela 7 faz-se constar os domicílios nos quais, em algum dos anos do lustro em questão, registrou-se a produção da rubiácea; na Tabela 8, inscrevem-se os fogos que, no referido quinquênio, ainda não se apresentavam como cafeicultores.

A observação dos dados fornecidos na Tabela 7 permite verificar que o subconjunto formado pelos domicílios produtores de café compunha-se de 56 elementos em 1818. Deste total, em 23 casos o primeiro registro da rubiácea ocorreu em 1814; nos quatro anos subseqüentes, o acréscimo de fogos partícipes da produção cafeeira foi, respectivamente, de 4, 13, 10 e 6. A concentração dos registros em 1814 corrobora a sugestão acerca da concomitância entre o processo de disseminação da cafeicultura e a afluência populacional verificada durante o intervalo 1805-1813, etapa para a qual, como visto, não se dispõe dos dados sobre a produção.

Da Tabela 7 infere-se, outrossim, que a lavoura da rubiácea atraiu os agricultores em geral, independentemente do montante de recursos (escravidão) que detinham. Esse comportamento legitima a suposição de que as necessidades da cafeicultura em termos de terra e mão-de-obra foram, de início, relativamente modestas, não se configurando uma situação de disputa por fatores produtivos. Tais características foram, provavelmente, fundamentais, mormente levando-se em conta o longo período de crescimento antes que a rubiácea passasse a produzir, bem como a inexistência de um estável e amplo comércio de gêneros de subsistência em Bananal. Essas mesmas características ensejaram a difusão da cafeicultura enquanto atividade secundária, traço que, ao que tudo indica, foi decisivo na viabilização de seu posterior desenvolvimento.

TABELA 7
ACUMULAÇÃO EM ESCRAVOS NOS ANOS
DE DIFUSÃO DA CAFEICULTURA
Domicílios nos quais se Anotou Produção
Cafeeira no Período 1814-1818
(Número de Cativos Possuídos)

Número do Fogo ^a	Anos				
	1814	1815	1816	1817	1818
8	0 ^b	0	0	0	0
15	0	0	0 ^b	0	0
23	0	0	0 ^b	0	0
42	0	0	0	0	0 ^b
53	0	0	0 ^b	0	0
57	0	0	0	0	0 ^b
74	0	0	0 ^b	0	0
99	0	0	0	0 ^b	0
140	0	0	0	0	0 ^b
169	0 ^b		0	0	0
170	0 ^b	0	0	0	0
214		0		0	0 ^b
118			0	0 ^b	0
36				0 ^b	0
32	0	0	0 ^b	0	1
124	0 ^b	0	0	0	1
196	0	0	0	0 ^b	1
52			0	0 ^b	1
56			0	1 ^b	2
152	1	0	0 ^b	0	0
64	1	1	1 ^b	0	1
179	1 ^b	1	1	0	1
30	1	1	1 ^b	2	2
175	1 ^b		1	2	3
194	1 ^b	1	1	2	3
105	1 ^b	3	3	3	9
156	1	7 ^b	4	12	12
4	2 ^b	2	2	2	2
190	2 ^b	2	2	2	2
27				2	2 ^b
201	2 ^b	3	3	3	4

(continua)

TABELA 7

(continuação)

Número do Fogo ^a	Anos				
	1814	1815	1816	1817	1818
177	2 ^b	3	5	6	14
2	3 ^b	2	2	2	1
153	3 ^b	3	3	3	3
96		3	3 ^b	4	3
65	3 ^b	3	4	4	3
14		3	4 ^b	4	4
132	3 ^b	3	6	10	10
159		3	2	53 ^b	53
13	4 ^b	0	4	3	4
186				4 ^b	4
133	4	4 ^b	4	7	11
49		5 ^b	5	0	0
209				5 ^b	5
204	5 ^b	9	9	9	10
183	6	6	7 ^b	8	8
192	6	8	9	8 ^b	9
76	8	9	9 ^b	9	9
6	8	7 ^b	9	13	11
19	8 ^b	10	10	10	11
189	10	11	10 ^b	10	11
7	12 ^b	24	24	34	34
126	17 ^b	18	21	17	18
168	18	18	17	19	21 ^b
115	43 ^b	44	42	40	45
160	143 ^b	168	164	179	173

Notas: a Este número foi atribuído, segundo ordem alfabética do nome do chefe, aos domicílios que produziam café em 1829.

^b Ano em que o domicílio apresentou, pela primeira vez no período 1814-18, registro de produção cafeeira.

Assim, dentre os 56 domicílios cafeeiros em 1818, 19 não contavam com mão-de-obra cativa no ano do primeiro registro de produção da rubiácea. No outro extremo da distribuição da escravaria, vale dizer, os fogos com 10 ou mais cativos, a cifra correspondente alçou-se a 7 casos. Por conseguinte, os domicílios restantes detinham entre 1 e 9 escravos por ocasião da anotação inicial de arrobas colhidas de café.

Tomando-se agora o segundo dos subconjuntos nos quais se dividiu a amostra, disposto na Tabela 8, sobressai, de pronto, a maciça presença de domicílios formados por indivíduos recém-chegados em Bananal e/ou por aqueles que, já residentes na localidade, vieram a constituir novas famílias. A concentração desses casos no subconjunto em foco decorre, decerto em boa medida, do prazo de cerca de 4 a 5 anos requeridos pela planta para a entrada em produção. Ademais, é digna de nota a preponderância dos não-escravistas entre os "novos habitantes". De fato, dos 65 domicílios constantes da Tabela 8, apenas 23 (35,4%) já estavam presentes na localidade antes de 1814.⁽²⁷⁾ Adicionalmente, dos 42 domicílios que passaram a integrar, entre 1814 e 1818, o subconjunto de fogos não-cafeeiros, 30 (71,4%) não possuíam escravos no primeiro ano em que foram computados na amostra.

A segmentação da amostra na forma acima explicitada permite que se proceda à análise comparada do processo de acumulação em escravos: de um lado, os domicílios que produziam o café; de outro, aqueles que se mantinham adstritos às culturas tradicionais.⁽²⁸⁾ Para efetuar tal comparação separaram-se, da Tabela 7, os 23 fogos nos quais o primeiro registro de produção cafeeira verificou-se em 1814. Estes foram os domicílios nos quais o impacto da nova lavoura sobre a acumulação em cativos pode ter-se dado com maior intensidade. Ao grupo assim formado contrapuseram-se os 27 fogos não-cafeeiros arrolados em 1814 e que compõem a segunda parte da Tabela 8.

Os 27 fogos não-cafeeiros detinham um total de 62 escravos em 1814 e de 87 em 1818. Um incremento líquido, pois, de 25 cativos, correspondentes a 40,3% da massa escrava possuída em 1814. Essa variação envolveu 11 dentre os 27 domicílios em questão, sendo que em 10 deles houve a formação e/ou ampliação dos plantéis. Dentre estes 10 casos, em 2 a acumulação foi mais significativa; foram os fogos de José Ribeiro Barbosa, com 9 cativos em 1814 e 15 em 1818, e o do já referido José Ramos Nogueira, cujo plantel elevou-se de 9 para 24 escravos no mesmo intervalo temporal. O traço comum a ambos era o fabrico de açúcar e aguardente. O recenseamento

(27) Comparativamente, tomando-se o primeiro dos subconjuntos considerados (ou seja, os domicílios cafeeiros elencados na Tabela 7), observa-se que, do total de 56 fogos, 44 (78,6%) já faziam parte da amostra anteriormente a 1814.

(28) Cabe lembrar uma vez mais que, em decorrência do próprio critério de constituição da amostra, todos os domicílios considerados neste artigo vieram a produzir café em 1829. Portanto, é bastante plausível admitir que, embora ainda não produtivos, os cafezais já se fizessem presentes ao menos em parte dos domicílios rotulados como não-cafeeiros entre 1814-1818.

atinente a 1817 ilustra, ademais, as formas de acréscimo do plantel de José Ribeiro Barbosa: 4 cativos comprados no Valongo, na cidade do Rio de Janeiro, e 2 nascidos àquele ano.

TABELA 8
ACUMULAÇÃO EM ESCRAVOS NOS ANOS DE
DIFUSÃO DA CAFEICULTURA
Domicílios nos quais não se Anotou Produção
Cafeeira no Período 1814-1818
(Número de Cativos Possuídos)

Número do Fogo ^a	Anos				
	1814	1815	1816	1817	1818
73		0	0	0	0
107		0	0	0	0
117		0	0	0	0
31			0	0	0
5				0	0
9				0	0
40				0	
77				0	0
87				0	0
89				0	0
127				0	0
142				0	0
149				0	0
171				0	0
212				0	0
22					0
24					0
43					0
70					0
86					0
90					0
91		-			0
104					0
131					0
145					0
151					0
158					0
162					0

(continua)

TABELA 8

(continuação)

Número do Fogo ^a	Anos				
	1814	1815	1816	1817	1818
180					0
202					0
34		0	1	1	2
62			1		
11					1
155				1	2
58					2
178			2	2	6
172					3
157		5	5	0	0
10	0	0	0	0	0
28	0	0	0	0	0
47	0	0	0	0	0
55	0	0	0	0	0
59	0	0	0	0	0
69	0	0	0		0
103	0	0	0	0	0
122	0	0	0	0	0
167	0	0	0	0	0
173	0				0
176	0	0	0	0	
199	0		0	0	0
215	0	0	0		0
81	0	0	0		1
100	0	0	0	0	1
161	0				1
150	0	0	1	1	2
198	1	1		1	1
208	1	1	1	0	
41	1	0	1	1	2
39	2	2	3	3	7
112	2	2	3	3	4
120	3	4	4	4	4
146	9	11	10	17	24
147	9	11	9	15	15
72	14		13	15	14
135	20	20	20	10	11

Nota: ^a Este número foi atribuído, segundo ordem alfabética do nome do chefe, aos domicílios que produziam café em 1829.

O único caso de decremento dentre os 27 fogos não-cafeeiros ora examinados ocorreu no domicílio do alferes José Joaquim da Silva Reis, solteiro, com 20 escravos em 1814 e apenas 11 em 1818. José Joaquim, um dos três irmãos Silva Reis mencionados na seção anterior deste trabalho, comercializava parte de sua produção de milho e feijão e vendia também, na terra, algumas pipas de aguardente. As variações na escravaria dos membros dessa família, cabe lembrar, podiam ser devidas ao trânsito da mão-de-obra cativa entre as distintas propriedades possuídas pelos irmãos, em Bananal e em Guaratinguetá.

Comparados aos 27 fogos não-cafeeiros acima aludidos, os 23 domicílios que apareciam como produtores de café desde 1814 vivenciaram, em seu conjunto, um processo de acumulação em escravos numericamente mais expressivo. Nesses 23 fogos havia 256 cativos em 1814 e 351 em 1818, perfazendo uma variação líquida de 95 elementos. Todavia, esse incremento correspondeu a tão-somente 37,1% da massa escrava existente no primeiro ano citado, porcentual inferior ao verificado no grupo formado pelos 27 domicílios não-cafeeiros (como visto, igual a 40,3%). O resultado inferior obtido para os fogos cafeeiros alterou-se, porém, para 57,5%, ao se refazer o cálculo excluindo-se o maior dos domicílios do grupo, o qual, dada a magnitude de seu plantel (143 indivíduos em 1814 e 173 em 1818), deprimiu aquele porcentual.

Evidenciam-se, portanto, ritmos diferenciados de acumulação em cativos a marcar os dois grupos de domicílios contemplados: cafeeiros *versus* não-cafeeiros. Mais ainda, esta diferenciação refletia os distintos hábitos de comercialização observados naqueles grupos. Destarte, dentre os 27 fogos não-cafeeiros apenas 7 efetuaram vendas no período 1814-1818. Destes 7, tão-somente o já referido José Ribeiro Barbosa comercializou sua produção (açúcar e aguardente) em todos os anos daquele lustro; entre os 6 restantes, 3 vendiam, de maneira assistemática, derivados da cana-de-açúcar e parcela dos víveres que produziam, enquanto os outros 3 apenas realizaram esporadicamente transações de quantidades variáveis de milho e feijão.

Os 23 fogos cafeeiros sob exame, a seu turno, participaram, sem exceção, do comércio dos gêneros que produziam. Tal participação denotou-se, ademais, pela regularidade no quinquênio em foco. O grupo em questão pode, para fins de análise, ser segmentado da seguinte forma: em 16 deles

transacionou-se exclusivamente café, 3 venderam também derivados da cana-de-açúcar e os demais comercializaram algum outro produto (milho, capados, toucinho) além do café. Essa segmentação revelou-se útil para que se avançasse na definição dos contornos assumidos pelo processo de acumulação em escravos.

O segmento composto pelos 3 domicílios que exportaram café e açúcar/aguardente - chefiados por Antônio Barbosa da Silva, Luiz Gonçalves Lima e Joaquim Ferreira Pena, todos já mencionados anteriormente - contava com 198 cativos em 1814 e 252 em 1818. O aumento de 54 elementos correspondeu, de um lado, a 27,3% da escravaria por eles possuída no primeiro ano aludido e, de outro, a 56,8% do incremento total verificado para o conjunto dos 23 fogos cafeeiros. Os percentuais correlatos para os dois outros segmentos contemplados alçaram-se a: 60,0% e 9,5% para os domicílios que negociaram café e toucinho, capados e/ou milho; 74,4% e 33,7% para os que venderam apenas café.

Em suma, o exame do período 1814-1818 permitiu, em primeiro lugar, confirmar a idéia de que o plantio da rubiácea, que então se disseminava amplamente, constituiu-se em efetivo instrumento mediante o qual muitos dos domicílios sem escravos ou que detinham pequena quantidade de cativos superaram as restrições que lhes eram impostas pela falta de alternativas econômicas, a qual os atirava em meio ao círculo vicioso explicitado nas seções iniciais deste estudo. Esse caráter de atividade acessível aos pequenos cabedais parece ter atuado no sentido de avolumar o fluxo populacional direcionado à região bananalense, fenômeno já detectado no intervalo 1805-1813 e que se manteve no lustro 1814-1818.

A acessibilidade da cafeicultura, ademais, ensejou a sua difusão, marcadamente enquanto atividade acessória, por domicílios possuidores de recursos de magnitudes variadas. Uma vez encetada, porém, essa lavoura abriu aos seus desenvolves oportunidades, ao que tudo indica, positivamente diferenciadas em termos da acumulação realizada em escravos. Esse efeito do cultivo da rubiácea implica a magnificação dos seus atrativos, o que aponta para uma gradual perda do caráter acessório tão fundamental nos primeiros de sua disseminação. É cabível esperar que, revelando-se rentável e, pois, adquirindo maior importância, a atividade cafeeira fosse cada vez mais se colocando como objeto do interesse precípua dos grandes proprietá-

rios de terras e escravos. Vale dizer, estavam postas as condições para um paulatino evolver no sentido da dominância da *plantation*, tornada a unidade produtiva a tipificar a economia cafeeira de Bananal. Simultaneamente, seria plausível observar-se a redução do espaço para o desenvolvimento daquela lavoura entre os agricultores mais modestos.

IV - Rumo à *Plantation*, 1822-1829

A terceira década do século dezenove, ao que tudo indica, marcou o início de um evolver mais nítido da cafeicultura bananalense no sentido da *plantation*. Tal fenômeno pode ser identificado, em uma primeira aproximação, mediante o acompanhamento dos totais produzidos da rubiácea. Verifica-se, pois, a partir dos dados apresentados na Tabela 9, que o referido total atingia já a cifra de 11662 arrobas em 1822 (quantidade equivalente a 4,5 vezes à atinente a 1818). Em 1829, a produção cafeeira havia novamente mais do que quadruplicado, alçando-se a 47130 arrobas.

TABELA 9
CAFEICULTORES DE 1829
Produção em 1822-1829

Produto	Unidade de Medida	Anos			
		1822	1825	1828	1829
Café	arrobas	11662	20681 ^a	46149	47130
Milho	alqueires	10978	16394	12248	16225
Feijão	alqueires	4499	5003	4552	4006
Arroz	alqueires	3768	3252	4525	4827
Farinha	alqueires		2327	1085	1910
Açúcar	arrobas		150	1300 ^b	1300 ^b
Aguardente	canadas	40	360		
	pipas			13	13
Toucinho	arrobas	1140	957	859	2302
Bestas	unidades		309		

Notas: ^a Para este ano, consta o informe acerca do número de pés de café, que era de 948 mil.

^b Trata-se de um único agricultor que também produz açúcar mascavo em quantidade não declarada.

Esse comportamento exponencial distingue a lavoura da rubiácea de todos os demais gêneros cultivados na localidade. É notório o desempenho negativo do fabrico dos derivados da cana. O açúcar, sobretudo, cuja produção quintuplicara entre 1814-1818, voltou em 1828-1829 aos mesmos níveis verificados cerca de 3 lustros atrás; em 1822 não há registro da manufatura do açúcar nos domicílios da amostra e, em 1825, anotaram-se tão-somente 150 arrobas. A consideração conjunta dos informes acerca do café e do açúcar sugere um movimento de substituição de culturas, decorrente de uma eventual especialização dos cafeicultores em termos do cultivo comercializável encetado.⁽²⁹⁾

O acicate à produção cafeeira, mormente enquanto desenvolvida no âmbito da *plantation*, vinculou-se, provavelmente, ao comportamento dos preços relativos, em especial no decurso da segunda metade dos anos 1810 e inícios da década subsequente. De fato, o café, cuja arroba exportada para o Rio de Janeiro rendia em média 1\$898 réis ao cafeicultor de Bananal em 1816, era vendido a 5\$182 em 1822 e a 2\$929 em 1825. Já para a arroba de açúcar, os preços médios foram de 1\$644 réis em 1816 e 1\$800 em 1825 na localidade sob exame.⁽³⁰⁾ Outrossim, dado que a cafeicultura se colocava como atividade acessível aos indivíduos de menores posses, a performance dos preços da rubiácea tomados isoladamente deve ter passado a atuar como poderoso estímulo a que um número crescente de bananalenses viessem a dedicar-se à sua produção. A cafeicultura perdia, aos poucos, o caráter acessório.

Cabe ressaltar, ademais, que o significativo aumento do montante colhido de café entre 1818-1822 ocorreu concomitantemente a uma diminuição superior a um terço no número de habitantes livres da localidade, provavelmente devida a remanejamentos jurisdicionais havidos na Vila de Areias.⁽³¹⁾ Tais remanejamentos, porém, não implicaram a incorporação, por

(29) Doravante o emprego do termo "especialização" aplicar-se-á apenas às culturas comercializáveis; vale dizer, "especialização" não implicará a inexistência de produção de gêneros de subsistência para autoconsumo.

(30) Para o açúcar, igualmente observou-se um preço máximo no início dos anos 1820; como se infere a partir do valor total das exportações daquele produto, a arroba alcançou a cifra de 2\$175 réis em 1821 (cf. LIMA *et alii*, 1983, p. 23). O comportamento dos preços nominais do café em Bananal revelou-se coerente com o observado em LIMA *et alii* (1983, p. 55) e nos autores referidos à nota 23.

(31) Sobre a quebra da população livre de Bananal entre 1818-1822 ver MOTTA (1990, p. 170-176). A amostra trabalhada neste artigo, saliente-se, não se viu, ao que tudo indica, afetada pela

Bananal, de alguma área particularmente voltada à lide cafeeira. Assim, tomando-se os domicílios da amostra que estavam arrolados nos censos de 1818 e de 1822 e produzindo café em um desses dois anos, chegou-se a um conjunto formado por 77 fogos. Esses domicílios respondiam por 96,8% (2511 arrobas) da produção da amostra em 1818, porcentual que se mantém em 97,0% (11316 arrobas) em 1822. Vale dizer, foram os fogos já presentes em Bananal antes dos eventuais remanejamentos que, com um incremento do volume colhido de café da ordem de 350%, acarretaram a elevação brutal da produção da amostra.

A Tabela 10 traz os informes acerca do destino dado à produção realizada nos domicílios da amostra no período 1822-1829. O café, cujo caráter de produto de exportação viu-se reafirmado nos anos em tela, manteve-se direcionado principalmente para a cidade do Rio de Janeiro e, em menor medida, para a Ilha Grande, São João Marcos e Mangaratiba; apenas uma diminuta parcela do volume colhido era vendida "na terra", a preços inferiores à metade daqueles vigentes nos mercados fluminenses.⁽³²⁾ Confirma-se, igualmente, o objetivo precípua de comercialização no fabrico dos derivados da cana-de-açúcar. O exame do destino dado à produção de mantimentos vê-se prejudicado pela ausência dessa informação nas listas nominativas. Tal omissão afigura-se, quiçá, denotativa da pouca expressividade dos excedentes da produção de subsistência votados ao comércio.

O acompanhamento do evoluir do número de cativos possuídos pelos domicílios da amostra pode ser efetuado com base nas Tabelas 11 e 12. Na primeira dessas tabelas encontram-se arrolados os fogos que não estavam presentes em Bananal anteriormente a 1822; na outra, listam-se os domicílios já identificados em algum dos anos entre 1799-1818. Há que ressaltar, antes do mais, a continuidade de substancial afluxo populacional na localidade pós-1818. Os 95 fogos que passaram a integrar a amostra no decênio de 1820 correspondem a mais de dois quintos (43,8%) do total contemplado em 1829. Bananal mantinha-se, assim, como pólo de atração demográfica.

possível reordenação administrativa: eram 117 os fogos da amostra em 1818 e 130 em 1822.

(32) Os cafeicultores da amostra venderam "na terra", "na porta" ou "em casa", nos dois últimos anos do período em questão, respectivamente, 318 e 464 arrobas de café. Em 1828 o preço médio da arroba transacionada em tais condições foi tão-somente de 1\$191 réis; no ano seguinte o valor correspondente viu-se alçado a 1\$247 réis. Já os preços médios recebidos na exportação da rubiácca foram de 2\$707 réis em 1828 e 2\$823 réis em 1829.

TABELA 10
CAFEICULTORES DE 1829
Produção Vendida e Respectiveos Produtores
1822 a 1829 (%)

Produto	Anos							
	1822		1825		1828		1829	
	Dom	Pro	Dom	Pro	Dom	Pro	Dom	Pro
Café ^a	100	100	100	100	100	100	99 ^b	100
Milho	0	0 ^c	0	0 ^c	0	0 ^c	0	0 ^c
Feijão	0	0 ^c	0	0 ^c	0	0 ^c	0	0 ^c
Arroz	0	0 ^c	0	0 ^c	0	0 ^c	0	0 ^c
Farinha			0	0 ^c	0	0 ^c	0	0
Açúcar			100	100	100	100	100	100
Aguardente								
Canadas	100	100	100	100				
Pipas					100	100	100	100
Toucinho	0	0	0	0 ^c	0	0 ^c	0	0 ^c
Bestas			0	0 ^c				

Notas: ^a Inclusive as produções anotadas como "em ser" (Café: 2% da produção total em 1828 e 1% em 1829).

^b Não computado o domicílio de Antonia Maria, para o qual constava a observação "tem hum mil pés de café arrendados e lucra 12\$000".

^c Não computados os casos em que não constou o destino da produção.

Obs. Dom = Domicílios; Pro = Produção.

Dentre os 95 domicílios elencados na Tabela 11, 49 (51,6%) eram não-escravistas no ano inicial de seu cômputo na amostra; outros 28 (29,5%) detinham plantéis com menos de 5 cativos. Dessa forma, tal como nas etapas precedentes, o contingente dos indivíduos menos abastados mostrava-se majoritário em meio ao aludido fluxo migratório. Todavia, a distinguir a década de 1820, foi expressiva, ainda que minoritária, a entrada de proprietários de escravaria relativamente avultada. Enquanto o maior dos ingressantes na amostra no período 1814-1818 possuía apenas 4 cativos, foram 9 (9,5% dos 95 fogos da Tabela 11) os casos de escravistas que, entre os anos 1822-1829, adentraram a localidade com 10 ou mais cativos; 3 deles detinham plantéis formados por mais de 50 elementos.

TABELA 11
ACUMULAÇÃO EM ESCRAVOS: A
CAFEICULTURA RUMO À *PLANTATION*
Domicílios que Entram na Amostra entre 1822-1829
(Número de Cativos Possuídos)

Número do Fogo ^a	Anos			
	1822	1825	1828	1829
1	0	0 ^b	0	0
16	0		0 ^b	0
18	0	0 ^b	0	0
33	0	0 ^b	0	0
50	0	0	0 ^b	0
93	0	0 ^b	0	0
139	0	0	0	0 ^b
165	0	0	0 ^b	0
184	0	0	0 ^b	0
187	0 ^b		0	0
203	0	0	0 ^b	0
210	0	0	0 ^b	0
154	0	1 ^b	0	0
29		0 ^b	0	0
35		0	0	0 ^b
38		0	0	0 ^b
46		0 ^b	0	0
84		0	0	0 ^b
88		0	0 ^b	0
94		0 ^b	0	0
110		0	0 ^b	0
128		0	0	0 ^b
143		0	0 ^b	0
166		0	0 ^b	0
182		0 ^b	0	0
191		0 ^b	0	0
20			0 ^b	0
80			0	0 ^b
106			0 ^b	0
108			0 ^b	0
119			0 ^b	0
130			0	0 ^b
137			0	0 ^b
141			0 ^b	0
205			0 ^b	0
206			0 ^b	0
213			0 ^b	0
116				0 ^b
138		0 ^b	2	2
109		0 ^b	3	3
21		1 ^b	0	0
195		1	1 ^b	0
54		1	0 ^b	1
181		1	1	1 ^b
193		1 ^b	3	3
82		2 ^b	1	1

(continua)

TABELA 11

(continuação)

Número do Fogo ^a	Anos			
	1822	1825	1828	1829
136		2 ^b		1
79		2 ^b	2	2
95		2 ^b	2	4
85		2	4 ^b	4
3		2 ^b	5	5
63		4 ^b	4	4
61		5 ^b	6	6
66		6 ^b	7	7
163		6 ^b	6	7
188		7 ^b	9	9
164		8	10 ^b	11
121		9 ^b	12	13
97		12	17 ^b	17
44		15 ^b	19	21
123		52 ^b	49	61
129			1 ^b	0
207			1 ^b	1
211			1	1 ^b
98			1 ^b	2
25			3 ^b	3
48			4 ^b	4
60			4 ^b	4
51			6	7 ^b
125			10	14 ^b
101			11 ^b	14
26			17 ^b	17
17			22 ^b	22
144			61 ^b	70
75			77 ^b	77
45				2 ^b
83				5 ^b
37	0 ^b	1	1	1
113	0 ^b	1	1	1
174	0 ^b	1	1	1
197	0	1 ^b	1	1
216	0 ^b	1	1	1
68	0 ^b	0	0	2
102	0	1 ^b	3	3
134	0	2 ^b	3	3
185	0	4 ^b	4	4
111	1	.	4 ^b	4
114	1	3 ^b	8	8
148	1	4 ^b	12	12
67	2	2 ^b	3	2
92	2	3 ^b	6	6
71	2 ^b	12	18	20
78	4	7 ^b	6	6
217	5 ^b		29	29
12	9 ^b	38	20	31

Notas: ^a Este número foi atribuído, segundo ordem alfabética do nome do chefe, aos domicílios que produziam café em 1829.

^b Ano em que o domicílio, para o qual não se anotara produção de café nos anos anteriores, apresentou, pela primeira vez no período 1822-29, registro de produção cafeeira.

A chegada desses 9 proprietários acarretou um acréscimo na mão-de-obra escrava equivalente a 277 almas. Ao que tudo indica, na década de 1820 a cultura da rubiácea em Bananal, patenteada sua viabilidade econômica - com elevado nível de rentabilidade corroborado pelo evoluir dos preços acima referido -, adentrava uma fase de atração de detentores de considerável montante de recursos produtivos. Esse ingresso adicional de capitais parece ter sido canalizado igualmente para a aquisição de cafezais formados. É o que se infere a partir da verificação de que para 7 dos 9 escravistas aludidos, inclusive os 3 de maior porte, constava, já no primeiro ano de seu arrolamento nos recenseamentos compulsados, a anotação de produção e exportação do café. Mais ainda, para esses indivíduos a cafeicultura afigurou-se como a cultura comercial precípua e única. Tais fenômenos refletiam o fato de que a localidade, tangida pelo movimento de expansão dos cafezais desde fins do século XVIII, incorporava-se decididamente à área cafeeira do Sudeste brasileiro, cujo epicentro situava-se no porto do Rio de Janeiro.

Os casos de José Nunes Teixeira e de Joaquim Silvério de Castro Souza Medronho exemplificam cabalmente essa atração exercida sobre proprietários de vultosos cabedais e até então não residentes em Bananal. José Nunes Teixeira, português, solteiro, passou a integrar a amostra em 1828, com 38 anos de idade e um plantel de 61 escravos. Àquele mesmo ano vendeu 700 arrobas de café para o Rio de Janeiro, que lhe renderam 1:750\$000 réis; obteve também o rendimento equivalente a 300\$000 réis como "administrador do Cap.^{am} Antônio Barbosa da Silva", anteriormente mencionado.⁽³³⁾

Quanto a Joaquim Silvério de Castro Souza Medronho, sua entrada na localidade ocorreu em 1825. Este mineiro de 40 anos de idade era juiz de paz e coronel de cavalaria, casado e proprietário de 52 escravos, tendo sido anotado no recenseamento desse ano como agricultor e tropeiro. Nesse documento informa-se que o cafezal de Souza Medronho era formado por 50 mil cafeeiros. Ainda em 1825, do domicílio em questão exportaram-se para o Rio de Janeiro 600 arrobas da rubiácea, auferindo-se a quantia de

(33) Da lista nominativa de 1828 consta o domicílio de Antônio Barbosa da Silva com um plantel de 101 cativos. Tratava-se do único fabricante de açúcar da amostra nos dois últimos anos considerados; era, adicionalmente, o maior produtor de café da localidade, tendo exportado 6380 arrobas em 1828 e 6000 arrobas em 1829.

1:920\$000 réis; no fogo em tela havia, ademais, 21 bestas aproveitadas no serviço de tropas para a Corte, possivelmente no transporte também da produção cafeeira.⁽³⁴⁾

O último dos 3 fogos com mais de 50 escravos que passaram a integrar a amostra nos anos 1820 era chefiado pelo coronel Ignácio Gabriel Monteiro de Barros e constou dos arrolamentos atinentes a 1828 e 1829. Com 36 anos de idade em 1828, o coronel era casado com Alda Romana de Oliveira Arruda, filha do casal Brás de Oliveira Arruda e D. Alda Maria Floriana Nogueira. Este caso evidencia, de um lado, um movimento no sentido da especialização da produção agrícola em Bananal e, de outro, a persistência das formas tradicionais assumidas pelo processo de acumulação em escravos.

De fato, como já explicitado, os sogros do coronel Ignácio foram produtores de açúcar e de café em 1822 e 1825, anos em que detinham, respectivamente, 245 e 171 cativos. Entre 1825 e 1828 ocorreu o falecimento de Brás Arruda; neste último ano, a viúva D. Alda possuía 106 cativos, produzia 1000 arrobas de açúcar e não colheu café. É plausível aventar que o coronel Ignácio, por legítima e/ou por dote de sua esposa, tenha recebido ao menos parte da escravaria que possuía (77 cativos), bem como áreas ocupadas pelos cafezais na propriedade originalmente de Brás Arruda. A corroborar essa hipótese coloca-se a equivalência nos volumes da rubiácea produzidos em 1825 pelo falecido (800 arrobas) e em 1828 pelo genro (750 arrobas). Saliente-se que o coronel Ignácio, nos dois anos em que foi arrolado, comercializou exclusivamente café.

Considerado o conjunto dos domicílios apresentados na Tabela 11, verifica-se ter sido relativamente modesta a acumulação havida em escravos entre o ano inicial de seu cômputo e 1829. Os totais da massa cativa nesses dois momentos atingiu, respectivamente, 394 e 561, perfazendo uma variação igual a 167 elementos. Os fogos em questão compunham parcela substancial da amostra em 1829: 43,8%. Não obstante, a participação desses 95 domicílios no total produzido de café naquele ano em Bananal alçou-se

(34) O caso de Joaquim Silvério de Castro Souza Medronho é, pois, palmarmente ilustrativo da assertiva de Furtado acerca da gênese do capital e da classe dirigente que se puseram a serviço da empresa cafeeira: "*o comércio de gêneros e de animais para o transporte (...) deram origem à formação de um grupo de empresários comerciais locais. Muitos desses homens, que haviam acumulado alguns capitais no comércio e transporte de gêneros e de café, passaram a interessar-se pela produção deste, vindo a constituir a vanguarda da expansão cafeeira.*" (FURTADO, 1972, p. 115)

tão-somente a 21,4% (10075 arrobas). Decerto, o volume da produção, bem como os níveis relativamente modestos de acumulação alcançados por esse conjunto de fogos, relacionavam-se à recentidade de sua presença na localidade sob estudo. Outrossim, ressaltou-se que os domicílios aludidos eram majoritariamente habitados por indivíduos de poucos recursos. Ao longo dos anos 1820, como se verá adiante, a existência de uma dotação prévia de recursos, em particular a posse escrava, ainda não se punha como requisito indispensável àqueles que ingressavam na cafeicultura; todavia, a ausência desses cabedais sem dúvida relegava os pequenos a uma posição cada vez mais marginal no que diz respeito à sua participação relativa na produção total da rubiácea.

Na Tabela 12, como avançado, fornece-se o evoluir do número de escravos possuídos pelos 122 fogos incluídos na amostra em algum ano antes de 1822. Esse número era igual a 938 em 1822 e a 1461 em 1829; um incremento da ordem de 56% (523 cativos). Neste último ano, tais domicílios correspondiam a 56,2% dos fogos cafeeiros de Bananal, detinham 72,3% da escravaria e eram responsáveis por 78,6% (37055 arrobas) da produção local da rubiácea. Vê-se, pois, que, em média, os domicílios presentes anteriormente aos anos 1820 contavam com um número maior de cativos do que aqueles que adentraram na localidade naquela década. Mais ainda, a estreita correlação entre a posse de cativos e o montante produzido de café traduziu-se numa produção média mais elevada nos fogos mais antigos.

Reafirmam-se, assim, os movimentos tendentes à queda na parcela relativa da produção cafeeira devida aos domicílios com poucos ou nenhum escravo, verificada *pari passu* ao crescente peso dos grandes plantéis. A cafeicultura, como visto nas seções precedentes, atuava no sentido de potencializar as possibilidades de acumulação em cativos; evidentemente, este efeito, ainda que se dando pela generalidade dos fogos, teria de incidir de maneira mais vigorosa naqueles detentores de numerosa escravaria. Tal colocação confirma-se, antes do mais, mediante a observação de que 21 (21,2%) dos domicílios arrolados na Tabela 12 em 1822 continham plantéis com 10 ou mais escravos. Outros 17 (17,2%) detinham de 5 a 9 cativos. É notável que todos esses 38 escravistas, justamente os maiores, presentes em Bananal desde antes de 1820, eram já cafeicultores em 1822. Esses indivíduos parecem ter sido os agraciados com os benefícios propiciados pela cafeicultura em sua fase pioneira.

TABELA 12
ACUMULAÇÃO EM ESCRAVOS: A
CAFEICULTURA RUMO À *PLANTATION*
Domicílios Integrantes da Amostra Antes de 1822
1822 a 1829
(Número de Cativos Possuídos)

Número do Fogo ^a	Anos			
	1822	1825	1828	1829
42		0	0	0
69		0 ^b	0	0
162		0 ^b	0	0
73			0 ^b	0
149			0 ^b	0
176			0 ^b	0
127		1 ^b	1	1
28		1 ^b	2	2
56		2	2	2
131		2	2 ^b	2
170		2	2	2
152			2	2
209		5	9	9
77		7 ^b	6	6
171		7 ^b	9	9
157		7 ^b	10	10
62			7 ^b	8
76		10	10	10
91		11 ^b	14	14
147			13 ^b	13
49		15	6	6
34			22 ^b	25
19		43		63
5	0 ^b	0	0	0
10	0	0 ^b	0	0
36	0	0	0	0
40	0	0	0 ^b	0
53	0	0	0	0
55	0 ^b			0
59	0		0 ^b	0
74	0	0	0	0
86	0	0 ^b	0	0
87	0	0 ^b	0	0
89	0	0 ^b	0	0
90	0	0	0 ^b	0
99	0	0	0	0
103	0 ^b	0	0	0
107	0	0	0 ^b	0
117	0	0	0	0 ^b
118	0	0	0	0
122	0 ^b	0	0	0
142	0	0 ^b	0	0
145	0 ^b		0	0
151	0 ^b	0	0	0
198	0	0	0	0 ^b

(continua)

TABELA 12

(continuação)

Número do Fogo ^a	Anos			
	1822	1825	1828	1829
199	0 ^b	0	0	0
215	0	0 ^b	0	0
15	0	1	0	0
212	0	1 ^b	0	0
31	0	2 ^b	0	0
140	0		0	1
167	0 ^b	0	1	1
214	0	1	1	1
9	0	2 ^b	1	1
70	0	2 ^b	2	2
158	0	3 ^b	2	3
47	0 ^b	5	5	5
23	1	1	1	1
24	1	3 ^b	1	1
8	1	0	2	2
2	1	2	3	3
208	1	4 ^b	3	3
22	1 ^b		3	4
43	1 ^b	4	4	4
124	1	3	5	5
173	2 ^b	3	2	2
190	2	3		3
200	2 ^b	3	5	5
41	2 ^b	5	7	7
4	2	9	7	7
169	2	6	8	9
155	2 ^b	8	9	9
32	3	3	0	1
196	3	4	4	4
194	3	3	6	6
100	3 ^b	5	3	6
104	3 ^b	5	6	6
180	3 ^b	3	7	7
81	3	8 ^b	7	8
202	4 ^b	4	2	2
186	4	6	4	4
178	4	6 ^b	5	5
150	4 ^b	6	5	7
153	4	7	10	10
57	5	5	5	3
201	5 ^b	6	7	7
161	5 ^b	7	8	8
64	5	9	9	9
11	6 ^b	9	5	5
27	6	6	7	7
14	6	9	9	9
52	6	13	20	20
120	6 ^b	27	40	53
179	7	10	10	9
58	7 ^b		9	10

(continua)

TABELA 12

(continuação)

Número do Fogo ^a	Anos			
	1822	1825	1828	1829
112	7 ^b	11	10	10
13	7	15	12	12
30	7	13	13	14
135	9 ^b	12	12	12
96	9	12	16	16
65	9	16	21	21
192	10	11	20	20
39	10 ^b	12	12	15
183	12	9	10	10
172	12 ^b	14	14	14
6	12	7	15	17
189	13	11	10	11
105	13	11	19	19
175	14	15	25	25
204	19			18
126	20	41	80	82
132	21	27	30	27
72	24 ^b	21	24	24
168	26	26	44	44
133	29	49	47	50
177	43	49	48	48
159	47	45	82	86
146	47 ^b	56	88	87
156	59	64	106	104
115	73	83	85	85
7	101	90	101	101
160	158	137	20	20

Notas: ^a Este número foi atribuído, segundo ordem alfabética do nome do chefe, aos domicílios que produziam café em 1829.

^b Ano em que o domicílio, para o qual não se anotara produção de café nos anos anteriores, apresentou, pela primeira vez no período 1822-29, registro de produção cafeeira.

A existência de ritmos diferenciados do processo de acumulação em escravos vê-se corroborada, outrossim, pelo acompanhamento comparado da trajetória seguida por aquele processo segundo diferentes faixas de tamanho dos plantéis. Para tanto, é conveniente proceder à consideração conjunta de domicílios listados nas Tabelas 11 e 12, mais especificamente daqueles presentes em Bananal e produzindo café desde pelo menos 1822. Nessas condições existiam 87 fogos. Em 1822, 23 (26,4%) deles eram chefiados por não-escravistas, 24 (27,7%) detinham de 1 a 4 escravos, 19 (21,8%) possuíam plantéis formados por 5 a 9 indivíduos e 21 (24,1%) contavam com 10 ou mais cativos.

A massa escrava que vivia nesses 87 domicílios perfazia 945 almas em 1822, número que ascendeu a 1340 em 1829. A variação líquida verificada, de 395 escravos, distribuiu-se, pelas faixas de tamanho dos plantéis acima explicitadas, com os seguintes percentuais: 3,5%, 19,7%, 40,3% e 36,5%. O acréscimo líquido referido resultou da oscilação do número de escravos, em 68 fogos: aumento de 545 elementos em 60 plantéis e diminuição de 150 cativos em 8 plantéis. A queda concentrou-se quase exclusivamente em um único caso, o domicílio de Luiz Gonçalves Lima, agora capitão de ordenanças, com 158 escravos em 1822 e apenas 20 em 1829.⁽³⁵⁾ Uma vez mais, a magnitude das mudanças havidas nesse grande plantel tomado isoladamente tende a encobrir o comportamento assumido pelo conjunto de fogos onde ele se integra. Assim, refazendo-se os cálculos com a exclusão do domicílio em questão obtiveram-se os seguintes resultados: a variação líquida em cativos eleva-se para 533 elementos e os percentuais segundo as faixas em tela alteram-se para, respectivamente, 2,6%, 14,6%, 29,8% e 53,0%. Atesta-se a modesta participação, no processo de acumulação em escravos ocorrido entre 1822 e 1829, dos indivíduos que iniciam o período com poucos (menos de 5) ou nenhum cativo; patenteia-se, outrossim, especialmente no segundo conjunto de percentuais, a correlação positiva entre tamanho do plantel e participação no processo acumulativo.

Sugeriu-se anteriormente ter-se verificado uma elevada rentabilidade do café nos anos iniciais da década de 1820, particularmente em comparação à do açúcar. Tal fenômeno promoveu, a par do estímulo à acumulação, um forte movimento de substituição entre aquelas culturas, favorável à lavoura cafeeira. Essa substituição, e a especialização que a acompanhou na maior parte dos casos, parece ter reforçado a diferenciação, por faixas de tamanho dos plantéis, observada no ritmo do processo acumulativo.

(35) Parte desse decremento pode ser debitada, eventualmente, a um movimento em sentido contrário ao sugerido, para esse mesmo domicílio, nos anos pré-cafeeiros (ver a nota 12). Há também, catalogado no Arquivo do Estado de São Paulo, Ofício encaminhado ao Juiz, datado aos 17 de março de 1826, em que o capitão Antônio Barbosa da Silva comunica a localização de 13 cativos furtados da fazenda de Luiz Gonçalves Lima e solicita milícias para ajudar em sua captura. Ademais, consta da documentação, entre 1799 e 1825, como esposa do referido Luiz Gonçalves Lima, Joana Maria, que teria cerca de 70 anos em 1825; já nos dois últimos recenseamentos pesquisados, anota-se, como cônjuge do capitão Lima, Theodora Ribeiro, natural de Bananal, com 25 anos em 1828. A ausência do registro de prole decorrente das primeiras núpcias não legitima a suposição de um processo de partilha a explicar a diminuição verificada no plantel em foco.

Eram 9 os domicílios da amostra que, em 1818, produziram açúcar e aguardente. Em um único outro caso, fabricou-se somente a aguardente. Os 10 fogos detinham em seu conjunto 396 escravos, nenhum possuía menos de 8 cativos e 6 deles continham plantéis com mais de 20 indivíduos. O cultivo da rubiácea fazia-se presente em 6 desses domicílios, que respondiam por uma produção de 912 arrobas, correspondentes a pouco mais de um terço (35,2%) do total produzido àquele ano (2594 arrobas). Desses mesmos 10 fogos, apenas um, chefiado por Antônio Barbosa da Silva, mantinha-se como fabricante de derivados da cana-de-açúcar em 1829; era, ao mesmo tempo, o maior produtor de café da amostra. Os demais 9 haviam se especializado na cafeicultura. A produção dos 10 alçava-se a 15570 arrobas, equivalentes a 33,0% da produção da freguesia; sua escravaria montava então a 490 cativos.

Tão-somente dois dentre os 9 produtores de açúcar/aguardente que se concentraram na lavoura da rubiácea vivenciaram diminuições no que respeita à massa escrava possuída. Um deles é o caso já sobejamente citado do capitão Luiz Gonçalves Lima, para o qual a própria produção cafeeira foi declinante (de 200 arrobas em 1818 para 60 arrobas em 1829). O outro dos casos aludidos, o fogo chefiado por José Ribeiro Barbosa, teve seu plantel reduzido de 15 para 13 cativos. Sua produção incluía 200 arrobas de açúcar e 110 barris de aguardente em 1818, ano em que Ribeiro Barbosa ainda não colhia café; em 1829 os derivados da cana deixaram de figurar do rol de produtos desse domicílio, ao passo que anotou-se a venda para o Rio de Janeiro de 400 arrobas de café.

A escravaria pertencente aos 7 fogos restantes mais do que duplicou entre 1818 e 1829, período em que aumentou de 174 para 356 cativos. No primeiro dos anos em tela, não produziram café 3 dentre esses 7 domicílios. Os 3 foram referidos em tópicos precedentes e passaram a produzir a rubiácea a partir de 1822. Máximo Ribeiro dos Santos fabricava açúcar (62 arrobas) e aguardente (15 pipas) em 1818, ano em que detinha 9 escravos; em 1829, com 20 cativos, sua produção de café era de 200 arrobas. João Ribeiro Barbosa, proprietário de 14 mancípios em 1818, manufaturou 100 arrobas de açúcar e 25 pipas de aguardente; em 1829 sua viúva, Ignácia Maria do Espírito Santo, exportou 600 arrobas de café, para cuja produção concorreram 24 cativos. José Ramos Nogueira, a seu turno, com seus 24 escravos, obteve 200 arrobas de açúcar e 50 pipas de aguardente em 1818; sua posse

cativa elevou-se a 87 indivíduos no último ano considerado, no qual colheu 2600 arrobas da rubiácea.

Outros 3 fogos dentre os 9 que se vem analisando desenvolviam, desde pelo menos 1818, tanto a atividade canavieira como a cafeicultura. Em 1822, os 3 haviam abandonado a primeira destas lides. Manoel Rabello da Rosa produziu, em 1818, açúcar (20 arrobas), aguardente (14 pipas) e café (62 arrobas); possuía então 8 escravos. O filho desse lisboeta morto entre 1825 e 1828, o cabo de esquadra Manoel Rabello, era proprietário de 10 cativos em 1829, ano em que vendeu 160 arrobas de café. O capitão Máximo José da Silva Reis colheu 30 arrobas de café com seus 21 escravos, também empregados no fabrico de aguardente (14 pipas) e açúcar (60 arrobas) em 1818. Falecido o capitão entre 1822 e 1825, seu filho, Manoel da Silva Reis, detentor de um plantel formado por 44 elementos em 1829, mantinha-se como cafeicultor, tendo produzido àquele ano 850 arrobas da rubiácea. Luís Gomes Nogueira, em 1818, era possuidor de 53 escravos, número que ascendeu a 86 em 1829; sua exportação de café saltou, nesses 2 anos, respectivamente, de 400 para 4000 arrobas. Em 1818, este fogo produziu também 810 arrobas de açúcar e 200 pipas de aguardente.⁽³⁶⁾

Por fim, um último caso completa o exame da substituição havida entre as culturas de cana-de-açúcar e de café. Joaquim Ferreira Pena, escravista proprietário de um plantel com 45 indivíduos em 1818, produzia nesse ano aguardente (15 pipas) e café (150 arrobas). A partir do início da década de 1820 não consta da documentação compulsada o registro da fabricação de aguardente; sua produção cafeeira, no entanto, progrediu, alçando-se a 750 arrobas em 1829. A escravaria possuída por Joaquim Pena em fins da década mencionada montava a 85 elementos.

Chegava-se, pois, ao final da terceira década dos Oitocentos em Bananal com a produção cafeeira amplamente disseminada. A atividade continuava ainda a ser desenvolvida em domicílios com ou sem escravos, sem distinção, aparentemente como nos anos iniciais de sua difusão. Porém, no decurso dos anos 1820, como fruto da acumulação havida na própria cultura,

(36) Luís Gomes Nogueira era um dentre os mais de 10 filhos do capitão Hilário Gomes Nogueira, cujo falecimento ocorreu entre 1822 e 1825. De fato, data de 1822 o último registro do domicílio do capitão Hilário, que contava então com 86 cativos. É possível que ao menos parte do aumento verificado no plantel de Luís Gomes Nogueira entre 1825 e 1828 (de 45 para 82 escravos) seja devido à herança a que fazia jus.

bem como mediante a transferência - favorecida pelo comportamento dos preços relativos - de recursos de outras atividades, oriundos de Bananal ou de alhures, a *plantation* impunha-se. Rapidamente, a grande lavoura passava a apresentar-se como a unidade produtiva fornecedora da maior parte da produção da rubiácea na localidade. No caminho assim trilhado, a cafeicultura perdia o caráter tipicamente acessório que antes a denotava e que se mantinha tão-somente enquanto característico da atividade na forma em que a empreendiam os cafeicultores postos à margem da produção em larga escala.

V - Os Períodos Cafeeiros, 1814-1818 *Versus* 1822-1829

O desempenho da cafeicultura, nos moldes delineados nos tópicos anteriores, particularmente nas seções III e IV, pode ser examinado também com base na distribuição da produção cafeeira pelos domicílios da amostra, considerados conforme a presença ou não de escravos e, no caso dos fogos escravistas, consoante faixas de tamanho dos plantéis. Tal distribuição é fornecida na Tabela 13. De pronto, evidencia-se palmarmente o contraste entre os subperíodos 1814-1818 e 1822-1829.

TABELA 13
DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO CAFEEIRA PELOS
DOMICÍLIOS DA AMOSTRA SEGUNDO A PRESENÇA OU
NÃO DE ESCRAVOS E CONSOANTE FAIXAS DE
TAMANHO DOS PLANTÉIS
(1814 a 1829, em %)

Anos	Não Proprietários de Escravos	Faixas de Tamanho dos Plantéis		
		1 a 4	5 a 9	10 e +
1814	3,7	40,3	2,7	53,3
1815	0,8	30,6	6,8	61,8
1816	4,3	28,7	18,0	49,0
1817	9,4	20,0	11,0	59,6
1818	5,9	23,7	5,9	64,5
1822	6,6	6,2	12,2	75,0
1825	3,3	8,9	11,9	75,9
1828	2,7	7,3	7,7	82,3
1829	3,2	6,2	9,3	81,3

Nota: Porcentuais calculados sobre a produção total de café dos domicílios constantes da amostra, a qual se iguala à produção bananalense apenas em 1829.

No primeiro, a participação relativa dos fogos sem escravos e daqueles com menos de 5 cativos, considerados conjuntamente, mostrou-se sempre superior a um quarto do total de café produzido no âmbito da amostra. De fato, em 1814, os domicílios referidos respondiam por quase metade (44%) daquele total. Nesse mesmo ano, tais fogos correspondiam a 74% do número total de domicílios produtores de café da amostra.⁽³⁷⁾ Em contrapartida, entre 1822-1829 o peso relativo dos fogos em tela atingiu, no máximo, cerca de um oitavo (12,8%) da produção da rubiácea. O decremento apresentou-se particularmente intenso em 1829, ano em que a referida proporção mostrou-se inferior a um décimo (9,4%). O peso relativo desses domicílios de menor porte no total de fogos com produção cafeeira existentes em 1829 diminuiu para 59%.

Tomando-se, a sua vez, os domicílios nos quais se encontravam os plantéis de maior porte, verifica-se, antes do mais, que sua produção de café, com exceção de 1816 quando atingiu 49% -, foi sempre superior à metade da produção da amostra. Não obstante a presença expressiva destes fogos durante todo o período considerado na Tabela 13, a discrepância entre os dois subperíodos persiste. Na segunda década dos Oitocentos, em momento algum alcançou os dois terços; na década subsequente, jamais esteve abaixo dos três quartos. Nos dois últimos anos computados, tal cifra mostrou-se superior a 80%. A participação relativa dos domicílios com 10 ou mais escravos no total de fogos cafeeiros, por sua vez, igualou-se a 17% em 1814, porcentual que se elevou a 24% em 1829.

Ocorreu, pois, uma concentração da produção cafeeira nos fogos habitados por proprietários de escravarias mais numerosas. Este fenômeno verificou-se apesar do aumento significativo da produção encetada nos domicílios detentores de modestos recursos, cujo ritmo de crescimento, ainda que elevado, fez-se a taxas inferiores às dos demais segmentos escravistas. Assim, em 1814, a produção cafeeira da amostra foi de 844 arrobas e distribuiu-se da seguinte maneira: fogos não-escravistas, 31 arrobas; domicílios com 1 a 4 escravos, 340 arrobas; fogos com 5 a 9 cativos, 23 arrobas; domicílios com mais de 9 escravos, 450 arrobas. Já em 1829, a produção de

(37) Considerada a localidade de Bananal em sua totalidade, os fogos de não-escravistas correspondiam, em 1817, a 73,1% do total de domicílios; sua participação no total da produção bananalense de café alçava-se a 14,6% (cf. MOTTA, 1991b, p. 364 e 368). Esta cifra, cabe ressaltar, mostrou-se bem próxima à calculada com base na amostra aqui examinada.

47130 arrobas compõem-se das parcelas referentes aos segmentos acima aludidos e que se igualaram, respectivamente, a: 1520 arrobas, 2924 arrobas, 4368 arrobas e 38318 arrobas. Estas quantidades traduzem-se, no caso dos fogos não-escravistas e daqueles com menos de 5 cativos, num incremento da ordem de 1098% entre 1814 e 1829; a variação correlata para os plantéis com 10 ou mais escravos elevou-se a 8415%.

Essa performance diferenciada segundo os dois subperíodos aludidos é corroborada com base nos dados fornecidos na Tabela 14, em que vão apresentados os valores da produção média de café, ano a ano, calculados sobre o número de domicílios constantes da amostra e, no caso de fogos escravistas, computados sobre o contingente cativo. A produção média da rubiácea cresceu entre 1814-1818 e 1822-1829 para todos os segmentos pelos quais se distribuíram os domicílios considerados. Esse fenômeno parece traduzir, antes de ganhos significativos em termos da produtividade da terra e/ou da mão-de-obra, fundamentalmente a entrada gradual de novos pés de café em fase produtiva.

TABELA 14
PRODUÇÃO MÉDIA DE CAFÉ POR DOMICÍLIO E POR
ESCRAVO CONSOANTE FAIXAS DE
TAMANHO DOS PLANTÉIS
(1814 a 1829, em arrobas)

Anos	Não Proprietários de Escravos (dom)	Faixas de Tamanho dos Plantéis					
		1 a 4		5 a 9		10 e +	
		dom	esc	dom	esc	dom	esc
1814	8	26	12	12	2	112	2
1815	4	25	10	16	2	140	2
1816	8	30	12	36	5	113	2
1817	15	34	12	35	5	152	4
1818	11	31	13	38	5	128	4
1822	35	33	14	75	11	417	11
1825	21	42	19	82	12	506	17
1828	21	70	31	111	16	776	26
1829	21	53	24	121	17	737	23

Notas: dom = produção média de café por domicílio.

esc = produção média de café por escravo.

Quando se toma o número de fogos como denominador para a produção, percebe-se nítida disparidade nos ritmos de crescimento consoante o porte dos domicílios. Assim, enquanto os não-escravistas tiveram sua produção média de café multiplicada por cerca de 3 entre 1814 e 1829, naqueles com 10 ou mais cativos o fator correlato alçou-se a aproximadamente 7. Essa discrepância, em boa medida, vinculou-se ao crescente direcionamento da escravaria para o cultivo da rubiácea, em detrimento de sua alocação em atividades alternativas. Tal suposição vê-se reforçada pela ocorrência, salientada anteriormente, de um movimento de especialização na cafeicultura vivenciado pelos produtores de derivados da cana-de-açúcar.

A depuração do efeito de um maior envolvimento da escravaria nas lides cafeeiras sobre a produção média de café dos fogos que a ela se dedicavam pode ser procedida a partir do exame dos valores da produção média por escravo, constantes da Tabela 14. Verifica-se, de imediato, que tais valores, crescentes na generalidade dos casos, foram sistematicamente superiores na menor das três faixas consideradas de tamanho dos plantéis. Decerto, este resultado não foi infenso ao provável concurso proporcionalmente mais intenso, nos menores plantéis, da mão-de-obra familiar na faina agrícola. De outra parte, nota-se que as diferenças na produção *per capita* entre os extremos da distribuição da escravaria diminuíram sensivelmente entre os dois subperíodos contemplados, equilibrando-se, em 1829, em torno da cifra de 23 arrobas por cativo. Esse fato reafirma a mudança - manifesta cabalmente nos anos 1820 - na posição assumida pela cafeicultura enquanto alternativa econômica capaz de atrair ou concentrar a aplicação dos fatores produtivos por parte dos detentores de maiores cabedais.

Em verdade, a própria cafeicultura ensejara, em boa medida, a acumulação de parte significativa daqueles recursos, mormente em termos do número de escravos possuídos. Tal ocorrência pode ser evidenciada, inclusive quanto à produtividade *per capita*, acompanhando-se o evolver da produção cafeeira e da escravaria de alguns dentre os maiores proprietários de cativos e produtores de café em 1829.

Luciano José de Almeida, com seu plantel de 104 almas, era o maior escravista de Bananal em fins da terceira década do século passado. A primeira referência de produção cafeeira nesse domicílio datou de 1815: foram 6 arrobas, integralmente vendidas para o Rio de Janeiro. Àquele ano,

sua escravaria montava apenas a 7 indivíduos, o que implica uma irrisória produção média de café por escravo inferior a 1 arroba. Dessa forma, seus cativos viam-se primordialmente empregados no cultivo de mantimentos e no fabrico de toucinho, todos gêneros "consumidos em casa" Em 1818, a quantidade exportada da rubiácea por Luciano José de Almeida atingiu a cifra de 120 arrobas, sendo então de 13 elementos seu contingente cativo; uma produção média, pois, pouco superior a 9 arrobas por escravo.

Na década de 1820, o fogo em questão parece ter tomado parte da ampla disseminação da cafeicultura na localidade, que passava a se dar cada vez mais nos moldes da *plantation*. Assim, em 1825, 2000 arrobas de café foram vendidas pelo domicílio, que agora contava com 64 escravos: uma produção média de cerca de 31 arrobas *per capita*. Também em 1825, o número de pés de café plantados nessa fazenda era de 50 mil (portanto, pouco menos de 800 cafeeiros por escravo); a quantidade comercializada da rubiácea indica que muitos desses arbustos deveriam se encontrar ainda em fase de formação. Em 1829, eram 104 cativos e 3000 arrobas de café; vale dizer, uma produção média de aproximadamente 29 arrobas por escravo, superior à média fornecida na última linha da Tabela 14.

A observação dos informes presentes no inventário de Luciano José de Almeida permite que se infira a continuidade do processo de acumulação vivenciado por um dos próceres da comunidade bananalense. Mais ainda, percebe-se claramente que a opulência derivada da lavoura cafeeira não se traduziu tão-somente em um acúmulo na escravaria, tendo assumido outras formas - como o alargamento da propriedade fundiária - que se punham *pari passu* ao caminho trilhado pela economia de Bananal em direção ao auge que seria atingido nos anos 1860 e 1870.

De fato, ao falecer em Bananal em 1854, com 57 anos de idade, Luciano José de Almeida deixou como legado um patrimônio considerável, formado principalmente por vários bens de raiz, escravos e jóias. Coelho (1984, p. 75 a 77) menciona, entre os bens de raiz, quatro fazendas em Bananal, uma em Silveiras e outra em Barra Mansa, além de um sobrado no Largo da Matriz. Computadas apenas duas de suas propriedades em Bananal, contaram-se cerca de 1,5 milhões de cafeeiros. Em vista do desaparecimento do primeiro dos quatro volumes de seu inventário, a autora não apresenta o número de escravos possuídos pelo comendador Almeida à

época de seu falecimento. Gouveia de Freitas (1981, cap. 4) transcreve parte de um artigo publicado na revista *Atalaia* em 1942, do qual consta a cifra de 810 cativos entre os bens arrolados no espólio de Luciano José de Almeida.

Os outros dois grandes escravistas de Bananal, cujo primeiro registro de produção cafeeira fez-se em 1814, foram Antônio Barbosa da Silva e José de Aguiar Vallim. As trajetórias de seus domicílios no que respeita às quantidades produzidas da rubiácea e à massa escrava possuída apresentam, em boa medida, traços similares aos verificados no caso de Luciano José de Almeida. No primeiro dos dois fogos aludidos, de Antônio Barbosa da Silva, a produção média de café por escravo saltou de 4,2 arrobas em 1814 (50 arrobas para 12 cativos) para 59,4 arrobas em 1829 (6000 arrobas para 101 escravos). Saliente-se o excepcional patamar relativo de produtividade média atingido neste domicílio, mormente levando-se em conta que, durante praticamente todo o período 1814-1829, nele se produziram igualmente açúcar e aguardente, além da trivial produção de víveres. No caso de José de Aguiar Vallim, a produção média de café por cativo pulou de 1,2 arrobas em 1814 (20 arrobas para 17 escravos) para 30,5 arrobas em 1829 (2500 arrobas para 82 cativos). Aguiar Vallim, tal como o comendador Almeida, especializou-se no cultivo da rubiácea.

VI - Considerações Finais

O início do cultivo de café na região de Bananal deu-se simultaneamente à constituição do povoado, no decurso do último quartel do século dezoito. O volume então produzido da rubiácea era extremamente modesto e envolvia número reduzido de domicílios. Em verdade, era um cultivo experimental encetado, juntamente com outras alternativas votadas à comercialização, pelos indivíduos detentores de poucos recursos; uma lavoura, enfim, de poucos atrativos e que, por conseguinte, colocava-se à margem dos interesses dos escravistas de maior porte. Estes últimos, pouco numerosos, mantinham e ampliavam seu patrimônio - ao par das estratégicas alianças matrimoniais e da reprodução biológica no interior dos plantéis - com base na atividade açucareira e, eventualmente e de forma complementar, na criação de gado.

Assim sendo, a presença de uma cafeicultura inexpressiva em pouco contribuía no delineamento da paisagem rural da localidade, amplamente dominada pela vegetação natural, entremeada pela ocorrência de roças de mantimentos, pastagens e alguns esparsos canaviais. Nesse contexto, as possibilidades de acumulação em cativos, intimamente vinculadas à produção de gêneros mercantis, não se estendiam aos agricultores menos abastados; de outra parte, o acesso aos ramos agropecuários mais rentáveis, à medida que só se apresentava viável a partir da existência de uma dotação prévia de recursos, não abria aos pequenos agricultores a possibilidade da acumulação em cativos. Portanto, a aludida paisagem característica da localidade via-se habitada por um pequeno grupo de indivíduos que transacionavam no mercado externo e aumentavam gradualmente seus cabedais, ao lado de uma arraia-miúda que, por produzir tão-somente o bastante para seu sustento, tendia a perpetuar-se enquanto tal.

A subsequente difusão da lavoura cafeeira imprimiu profundas transformações no quadro acima esboçado. Enquanto atividade aberta aos menores cabedais, patrocinou a ruptura do círculo vicioso detectado nos anos pré-cafeeiros. Tal disseminação ocorreu de maneira estreitamente ligada ao evoluir demográfico de Bananal, marcado por um denso afluxo populacional. Esse contingente - amiúde composto de indivíduos jovens, às vezes famílias de constituição recente, não-escravistas ou proprietários de escravidão diminuta - entrevia na localidade promissoras perspectivas econômicas de melhoria de vida. A lastrear essas aspirações estavam, de um lado, o desenvolvimento dos mercados acarretado pela transferência das Cortes de Portugal; de outro, a possibilidade, mais intensamente presente nas frentes pioneiras de expansão da rubiácea, de dedicar-se a uma atividade que lhes permitiria participar do comércio com requisitos apoucados *vis-à-vis* os exigidos pelos segmentos tradicionais de exportação. Desatavam-se, ainda que parcialmente, as amarras que cingiam o alargamento do espaço social afeto ao movimento acumulativo.

A partir daí, desenhavam-se os contornos dos caminhos trilhados pela cafeicultura em Bananal, os quais assumiram de início o perfil detectado mediante a análise do período 1814-1818, no qual vários dos domicílios da amostra contemplada apresentavam-se já como cafeicultores. Nesse lustro, ao lado da manutenção do movimento de afluxo demográfico, verificou-se a ampliação do conjunto de beneficiários do processo de acumulação em

escravos, alargamento esse em boa medida vinculado à participação na atividade cafeeira. Empreendida num primeiro momento essencialmente como atividade subsidiária, a rentabilidade proporcionada por essa lavoura - inclusive à vista do comportamento dos preços relativos dos gêneros comercializados por Bananal -, apontando no sentido da sua viabilidade econômica, acarretou uma gradual perda daquele caráter acessório. À medida que se punha como instrumento diferenciado a fomentar a formação e/ou ampliação dos plantéis de escravos, o café ia pouco a pouco se colocando como objeto precípua da faina agrícola. Sua crescente atratividade patrocinou também o direcionamento para a produção da rubiácea de recursos provenientes de fora da localidade e/ou aplicados em outras atividades, entre elas as não-agrícolas. Indivíduos detentores de expressivos montantes de cabe-dais acumulados alhures viram-se paulatinamente tangidos por essa atração.

De fato, na década de 1820, os grandes agricultores, possuidores dos plantéis de maior tamanho, passaram a dominar amplamente a produção cafeeira. Esse contingente compunha-se tanto de produtores recém-partícipes do cultivo da rubiácea, boa parte deles formada por adventícios, como dos agricultores enriquecidos pela cafeicultura. Caminhava-se, pois, em Bananal, decididamente no sentido de uma agricultura de *plantation*, assentada no cultivo do café em larga escala. Concomitantemente, e integrando esse movimento, assistia-se a um processo de substituição de culturas. Dessa forma, muitos domicílios dedicados anteriormente ao fabrico de derivados da cana-de-açúcar apareciam como especializados na produção de café em 1829, respondendo ademais por parcela significativa do total da produção bananalense da rubiácea.

A supremacia dos grandes cafeicultores escravistas, de outra parte, repunha, em certa medida, limites à participação dos pequenos agricultores, muitos deles não-proprietários de cativos. Embora viessem produzindo quantidades crescentes de café no decurso de todo o período analisado, os cafeicultores de menor porte viram sua produção apequenar-se em face do vulto da cafeicultura empreendida pela grande lavoura. Em conseqüência, os benefícios do cultivo em foco passaram a ser apropriados mais intensamente pelos proprietários de grandes plantéis, enquanto os pequenos cafeicultores enredaram-se em uma nova espécie de círculo vicioso. Assim, de maneira distinta à detectada nos anos pré-cafeeiros, os agricultores menos abastados, embora não necessariamente excluídos do processo acumulativo

em escravos - à medida que empenhados na atividade de exportação -, dele participavam apenas marginalmente.

Em suma, nos limites do período examinado neste estudo, pode-se estabelecer claramente a existência de ritmos diferenciados de acumulação em Bananal. Num primeiro momento, anterior à difusão da rubiácea, tal diferenciação colocava-se entre partícipes e não-partícipes do mercado. Em seguida, essa distinção viu-se estremecida e ao mesmo tempo reafirmada, sob novas formas, entre cafeicultores e não-cafeicultores. Por fim, a acumulação mostrou-se divergente, internamente à cafeicultura, consoante o porte econômico dos indivíduos dedicados àquela atividade. Adicionalmente, essa acumulação, como afirmava acertadamente Saint-Hilaire, ainda se consubstanciava fundamentalmente na propriedade de cativos. No decurso do século XIX, a continuidade do desenvolvimento da cafeicultura conduziria Bananal a seu apogeu. Nessa trajetória, os grandes produtores de café - muitos deles agraciados com títulos nobiliárquicos -, garantiram sua posição privilegiada no processo acumulativo diversificando a aplicação de seu capital: aos escravos aliava-se principalmente a propriedade fundiária. Outros, para ostentar o *status* que os distinguiu na comunidade, multiplicaram os gastos em jóias, móveis e, também, na construção de residências magníficas no núcleo urbano.

Referências Bibliográficas

- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1976. (Reconquista do Brasil, 27).
- COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. *Ensaio sócio-econômico de áreas valeparaibanas*. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1984.
- COSTA, Iraci. *Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações*. São Paulo: FEA/USP, 1991 (mimeografado).
- COSTA, Iraci & NOZOE, Nelson. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 2, p. 319-345, maio/ago. 1989.
- COSTA, Iraci, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 245-295, maio/ago. 1987.

- EVANGELISTA, José Geraldo. *Lorena no século XIX*. São Paulo: Gov. do Estado de S. Paulo, 1978. (Coleção Paulística, 7).
- FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. *Transformações econômicas no litoral norte paulista (1778-1836)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1992. (mimeografado).
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1972.
- GOUVEIA DE FREITAS, Maria Aparecida Rezende. *Bananal; cidade histórica, berço do café*. São Paulo: Massao Ohno-Roswitha Kempf Eds., 1981.
- LIMA, José Luiz *et alii*. *Estatísticas básicas do setor agrícola no Brasil vol. 1*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. Tese de Livre Docência. São Paulo: FFLCH/USP, 1974. (mimeografado).
- MARCONDES, Renato Leite. *Desenvolvimento da produção e comportamento dos preços na constituição da economia cafeeira lorenense (1797-1829)*. São Paulo: FEA/USP, 1992. (mimeografado).
- MARCONDES DE MOURA, Carlos Eugênio. *Os Galvão de França no povoamento de Santo Antônio de Guaratinguetá*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- MELLO, Geraldo Cardoso de. *Os Almeidas e os Nogueiras de Bananal*. S.l.: Instituto Genealógico Brasileiro, 1942.
- METCALF, Alida C. *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana do Parnaíba, Brazil, 1720-1820*. Austin: The University of Texas at Austin, 1983.
- MOTTA, José Flávio. A família escrava e a penetração do café em Bananal (1801-1829). *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 5, n. 1, p. 71-101, jan./jun. 1988.
- _____. *Corpos escravos, vontades livres - estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1990. (mimeografado).
- _____. O advento da cafeicultura e a estrutura da posse de escravos (Bananal, 1801-1829). *Estudos Econômicos*, v. 21, n. 3, p. 409-434, set./dez. 1991a.
- _____. O trabalho livre e a gênese da cafeicultura paulista. *Anais do II Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. São Paulo: ABET, 1991b, p. 363-371.
- NOZOE, Nelson & COSTA, Iraci. Acheugas para a qualificação das listas nominativas. *Estudos Econômicos*, v. 21, n. 2, p. 271-284, maio/ago. 1991.

- OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 17, p. 65-85, set.1988/ fev.1989.
- RANGEL, Armênio de S. *Escravidão e riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté, 1765/1835*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1990. (mimeografado)
- RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. *O caminho novo: povoadores do Bananal*. São Paulo: Governo do Estado, 1980.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 15, p. 91-105, set.1987/fev.1988.
- _____. *As mulheres, o poder e a família São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- SLENES, Robert. W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 217-227, maio/ago. 1987.
- SPIX, J. B. von & MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. v.1.
- TAUNAY, Affonso de E. Estudos de história paulista: o caminho entre S. Paulo e o Rio de Janeiro na era colonial. *Annaes do Museu Paulista*. São Paulo: Diário Oficial, tomo 3, 1ª parte, p.194 a 243, 1927.
- _____. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. v. 2 e 5.
- WHATELY, Maria Celina. *O café em Resende no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

TABELA AE-1
CAFEICULTORES DE BANANAL EM 1829
Distribuição de Escravistas e de Cativos Segundo Faixas de
Tamanho dos Plantéis (1799 a 1829)
(%)

Anos	Número de Cativos	Faixas de Tamanho dos Plantéis					
		1 a 4		5 a 9		10 e +	
		Prop.	Escr.	Prop.	Escr.	Prop.	Escr.
1799	86	75,0	31,4	12,5	18,6	12,5	50,0
1801	95	66,7	16,8	13,3	11,6	20,0	71,6
1802	137	66,7	13,9	11,1	7,3	22,2	78,8
1803	136	64,7	12,5	11,8	7,4	23,5	80,1
1804	160	70,0	16,9	10,0	8,1	20,0	75,0
1805	163	66,7	15,3	11,1	7,4	22,2	77,3
1806	173	65,0	16,8	15,0	10,4	20,0	72,8
1807	178	63,6	17,4	22,8	16,9	13,6	65,7
1808	180	69,6	19,4	17,4	14,4	13,0	66,2
1809	190	69,6	17,4	13,0	10,0	17,4	72,6
1811	226	57,7	12,4	26,9	17,7	15,4	69,9
1812	310	56,7	11,3	30,0	19,4	13,3	69,3
1813	384	50,0	7,8	21,9	11,7	28,1	80,5
1814	382	60,0	12,0	20,0	27,4	20,0	72,6
1815	442	55,0	11,5	20,0	12,7	25,0	74,8
1816	466	57,4	13,3	21,3	15,7	21,3	71,0
1817	572	52,1	10,5	16,7	10,1	31,2	79,4
1818	633	56,7	11,7	13,3	9,5	30,0	78,8
1822	965	45,9	7,9	25,7	13,1	28,4	79,0
1825	1425	42,8	7,6	26,9	15,2	30,3	77,2
1828	1844	37,0	6,0	26,0	12,9	37,0	81,1
1829	2022	38,5	6,1	25,2	12,4	36,3	81,5

Notas: Prop. = porcentagem sobre o total de escravistas.

Escr. = porcentagem sobre o total de cativos.

TABELA AE-2
CAFEICULTORES DE BANANAL EM 1829
Indicadores Estatísticos (1799 a 1829)

Anos	Escravistas					Amostra		Domicílios	
	Média	Moda	Mediana	Gini	Desvio Padrão	Média	Gini	Escr. (nº)	Tot. (nº)
1799	5,4	1	9	0,55	6,9	3,4	0,71	16	25
1801	6,3	1	14	0,64	10,3	4,3	0,76	15	22
1802	7,6	1	31	0,70	12,5	4,7	0,79	18	29
1803	8,0	1	33	0,67	12,6	4,7	0,80	17	29
1804	8,0	1	37	0,66	13,2	4,8	0,80	20	33
1805	9,1	1	39	0,66	14,7	5,3	0,80	18	31
1806	8,7	1e2	40	0,65	14,6	4,7	0,81	20	37
1807	8,1	1	43	0,64	13,7	4,7	0,79	22	38
1808	7,8	1	46	0,66	13,7	4,6	0,80	23	39
1809	8,3	1	45	0,67	14,5	4,9	0,81	23	39
1811	8,7	1	42	0,68	17,4	4,4	0,84	26	51
1812	10,3	1	42	0,69	22,3	5,2	0,85	30	60
1813	12,0	1	38	0,69	25,8	6,3	0,84	32	61
1814	9,6	1	20	0,69	22,7	5,4	0,82	40	71
1815	11,1	3	24	0,67	26,4	5,9	0,82	40	75
1816	9,9	1	21	0,66	24,0	5,6	0,81	47	83
1817	11,9	2	34	0,66	26,4	5,9	0,83	48	97
1818	10,6	1	15	0,66	23,4	5,4	0,83	60	117
1822	13,0	1	47	0,66	24,2	7,4	0,81	74	130
1825	12,0	1	38	0,63	19,7	8,3	0,74	119	171
1828	13,7	1	30	0,61	20,5	8,8	0,75	135	209
1829	14,1	1	31	0,62	21,1	9,3	0,75	143	217

Notas: Escr. = Escravistas; Tot. = Total da amostra.

(Recebido em abril de 1994. Aceito para publicação em setembro de 1994).